

ADAPTAÇÃO BASEADA EM ECOSSISTEMAS

Oportunidades para políticas públicas em mudanças climáticas



REALIZAÇÃO E CO-AUTORIA



AUTORIA



APOIO



CURITIBA | 2015

AUTORIA

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade

Equipe Técnica

Amanda Silveira Carbone André Rocha Ferretti Anke Manuela Salzmann Guilherme Zaniolo Karam Juliana Baladelli Ribeiro Jussara de Lima Carvalho Sophia B. N. Picarelli

Consultores

Sonia Maria Viggiani Coutinho Paulo Antonio de Almeida Sinisgalli

AGRADECIMENTO

André Costa Nahur Carlos Rittl

2ª edição 2015



APRESENTAÇÃO

As mudanças climáticas são um tema recorrente em nosso cotidiano. Infelizmente, o processo de mitigação não tem acompanhado a mesma dinâmica com que estas evoluem. Chuvas torrenciais, deslizamentos, enchentes, secas, entre outros eventos climáticos extremos são percebidos com mais frequência em locais onde por muitos anos não existiam, nas esferas local, regional e global. Com o aumento da população e a degradação dos ecossistemas naturais, torna-se mais dramática esta situação, colocando em risco a qualidade de vida das pessoas, a infraestrutura das cidades e a capacidade de resiliência do meio ambiente. Alcançou-se um ponto onde é preciso adaptar-se aos efeitos negativos das mudanças climáticas.

Ecossistemas naturais protegidos são fundamentais para tornar a biodiversidade e a sociedade mais resilientes aos impactos das mudanças climáticas. Eles apresentam maior capacidade de resistência e recuperação quando afetados por situações climáticas extremas, além de fornecer uma ampla gama de benefícios dos quais as pessoas dependem – os chamados serviços ambientais. Apesar desse papel preponderante, estudos que relacionam alterações do clima e alternativas de adaptação baseada nos ecossistemas naturais ainda são escassos.

Com o objetivo de contribuir ao processo de adaptação às mudanças climáticas, a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza elaborou um termo de referência – construído a partir de discussões com membros do Observatório do Clima e com representantes da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – para a condução do estudo: "ADAPTAÇÃO BASEADA EM ECOSSISTEMAS: oportunidades para políticas públicas em mudanças climáticas". O trabalho foi elaborado pelo ICLEI Brasil e editado e revisado pela Fundação Grupo Boticário, com apoio do Observatório do Clima.

O documento traz o conceito de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), além de apresentar práticas de AbE em curso no país e no mundo. Em alguns casos, foi realizada uma análise comparativa entre o custo-benefício da implantação de projetos de AbE e/ou infraestrutura verde com soluções de engenharia convencional ("infraestrutura cinza"). Com base no levantamento realizado, foram indicadas recomendações objetivas para incluir estratégias de AbE em políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas, com foco no Plano Nacional de Adaptação – conduzido pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do



MMA, com submissão ao Grupo Executivo prevista para junho de 2015.

A expectativa da Fundação Grupo Boticário é que este estudo contribua para a construção da estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas, levando em consideração a conservação da biodiversidade – causa pela qual a instituição trabalha desde sua criação em 1990. Com atuação nacional, a instituição apoia iniciativas de conservação de outras organizações, protege áreas naturais próprias, investe em estratégias inovadoras de conservação como o pagamento por serviços ambientais, dissemina conhecimento e sensibiliza a sociedade para a conservação de ecossistemas.

Desde 2008, a Fundação Grupo Boticário empreende esforços para gerar conhecimento sobre a relação entre mudanças climáticas e biodiversidade. Além de financiar entre 2008 e 2013 projetos em todo o Brasil nessa temática, a instituição lançou em 2010 o Bio&Clima-Lagamar, edital focado na região do Mosaico de Áreas Protegidas do Lagamar – localizado na Mata Atlântica do litoral do Paraná e do litoral sul de São Paulo. Em 2011 e 2012, o edital selecionou nove iniciativas que buscam gerar conhecimento sobre a vulnerabilidade e adaptação de espécies e ecossistemas às mudanças climáticas. Em 2014, dois outros projetos a serem realizados no Lagamar foram selecionados por meio de uma chamada pública conjunta com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

O conhecimento gerado por esta iniciativa na Mata Atlântica está sendo continuamente sistematizado, com o objetivo de compor diretrizes de gestão para esse mosaico, focadas na adaptação às mudanças climáticas com base na conservação de ecossistemas.

Outra contribuição da Fundação Grupo Boticário foi a realização, em 2012, de um estudo cientométrico que analisou o panorama de pesquisas relativas ao impacto de mudanças climáticas sobre a biodiversidade no Brasil e no mundo, revelando a escassez de estudos científicos acerca deste tema.

Na área de políticas públicas, a Fundação Grupo Boticário pertence ao comitê de coordenação do Observatório do Clima. Também é membro e fundador do Fórum Curitiba sobre Mudanças Climáticas, além de participar dos Fóruns Brasileiro e Paranaense de Mudanças Climáticas e participa do Comitê Gestor do Fundo Clima desde 2013.

Curitiba, março de 2015.



SUMÁRIO

Ι.	INTRODUÇÃO	t
2.	OPORTUNIDADES E DESAFIOS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	7
2.1.	Panorama das mudanças climáticas	7
2.2.	Acordos internacionais em mudanças climáticas e o papel do Brasil nesse processo	8
3.	ADAPTAÇÃO BASEADA EM ECOSSISTEMAS	10
3.1	Evolução do conceito	10
3.2	Critérios para a classificação de AbE	12
4.	ESTADO DA ARTE RELATIVO À AbE NO BRASIL E NO MUNDO	14
4.1	Publicações e iniciativas referência para AbEAbE	14
4.2	Experiências de AbE no Brasil e no mundo	15
4.3	Inserção de AbE em políticas e planos nacionais, locais e setoriais	21
5.	BENEFÍCIOS E VANTAGENS DE MEDIDAS DE AbE	24
6.	O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO	28
6.1	Oportunidades para a inclusão de medidas de AbE no PNA	30
6.2	Recomendações e conclusões	36



RESUMO EXECUTIVO

1. INTRODUÇÃO

O atual cenário das mudanças climáticas traz à tona a necessidade de se encontrar formas de mitigação e adaptação aos efeitos negativos provocados pelas alterações climáticas. Embora a mitigação tenha recebido destaque nos acordos internacionais das últimas décadas, a adaptação passou a receber maior atenção somente nos últimos anos (SAE, 2014). Estudos revelam a necessidade de medidas que permitam às populações adaptarem-se aos efeitos já irreversíveis do clima e às incertezas inerentes às mudanças climáticas, como eventos extremos e mudanças nos ecossistemas (NOBRE, 2008). O estudo dos ecossistemas e de seu papel fundamental na proteção do ambiente e das populações foram os pontos de partida para a busca de abordagens que se baseassem nos ecossistemas locais para gerar mecanismos de adaptação às mudanças do clima.

A Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) surge como uma possibilidade que une a adaptação às mudanças climáticas à gestão das áreas naturais, tendo sido aplicada em diversas estratégias de adaptação em todo o mundo. No Brasil, experiências em AbE existem e têm sido difundidas, embora ainda sejam pontuais e algumas delas não possuam claramente a estrutura de AbE, mas uma estreita relação. Justamente por se tratar de um conceito novo, muitas vezes não aparece esta denominação em projetos que claramente apresentam ações de AbE no seu escopo.

Cabe ao governo disponibilizar à sociedade a informação necessária, com apoio à pesquisa científica, regulamentação de normas para incentivo dos governos locais e do setor privado à implantação de medidas de adaptação, aproveitando oportunidades de melhoria de processos e compartilhamento de informações. Neste sentido, devem ser propostas políticas públicas para fomentar as decisões governamentais inerentes à questão, bem como orientar as ações da sociedade, considerando que as mudanças climáticas provocam efeitos não somente na área ambiental, devendo, portanto, ser tratadas de forma intersetorial.

A Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) de 2009 e seu decreto regulamentador (BRASIL, 2009; 2010) contém disposições sobre adaptação que foram, em seguida, incorporadas pelo Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Como parte do Grupo Executivo (GEx) do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM), instituído pelo Decreto nº 6.263 de 2007, foi criado um Grupo



de Trabalho (GT) específico para a construção do Plano Nacional de Adaptação. Neste contexto, o objetivo do presente relatório consiste em oferecer subsídios e recomendações práticas aos tomadores de decisão para a inserção de estratégias de Adaptação baseada em Ecossistemas no Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima, assim como em outras políticas públicas e planos pertinentes.

O levantamento de experiências em AbE no Brasil e no mundo baseou-se especialmente em dados secundários. Foram utilizadas informações do banco de dados da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC)¹; da *Conservation International* (CI)², da *International Climate Iniciative* (IKI)³, do *World Resources Institute* (WRI) e da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Foram utilizadas também bases científicas de dados (SCOPUS, *Web of Science* - WoS e Scielo), além de relatórios produzidos no âmbito de parceria entre a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ, o Ministério do Meio Ambiente e o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

2. OPORTUNIDADES E DESAFIOS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

2.1. Panorama das mudanças climáticas

Os estudos sobre mudanças climáticas têm mostrado cada vez com mais clareza o aquecimento do sistema global, o que pode ser comprovado a partir de alterações como o aquecimento da atmosfera e dos oceanos, o aumento do nível do mar, entre outras alterações já constatadas (PBMC, 2015). De acordo com Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), as últimas três décadas foram progressivamente mais quentes que as anteriores. Esse é um dos fatos que provê base científica em torno do conhecimento acerca da mudança do clima na Terra (IPCC, 2013). Além disso, os Relatórios de Avaliação elaborados pelo IPCC têm destacado o papel da interferência antrópica no processo de aquecimento global (PBMC, 2015).

Nobre (2008) alerta para o fato de que, embora os esforços para reduzir a emissão de gases do efeito estufa possam ajudar a

https://unfccc.int/adaptation/nairobi_work_programme/knowledge_resources_and_publications/ite_ms/6227.php

³ Disponível em: http://www.international-climate-initiative.com/en/projects/projects/



¹ Disponível em:

² Disponível em: http://www.conservation.org/projects/Pages/adapting-to-climate-change-ecosystem-based-adaptation.aspx

desacelerar o aumento da temperatura global no futuro, há a necessidade urgente de se adaptar às mudanças climáticas, pois ainda deve incidir o impacto das emissões históricas acumuladas. Além disso, a ocorrência de eventos extremos e suas consequências demonstram a necessidade de se buscar estratégias de adaptação para o país. Assim, é preciso gerenciar os riscos e aumentar a resiliência dos sistemas natural e humano.

O relatório do IPCC (2014) indica que o aumento da resiliência aos riscos climáticos está diretamente ligado à capacidade de tomar decisões que permitam a redução das vulnerabilidades e da exposição e o consequente aumento da capacidade de adaptação. Portanto, a avaliação de vulnerabilidade é um instrumento fundamental para compreender onde se darão os impactos das mudanças climáticas e quais ecossistemas estarão mais suscetíveis (IPCC, 2007). Este entendimento proporcionará uma melhor compreensão a respeito do motivo e da forma como a adaptação deve ocorrer, assim como a inter-relação entre os fatores sociais, econômicos e ambientais que levam à vulnerabilidade (WWF, 2013).

2.2. Acordos internacionais em mudanças climáticas e o papel do Brasil nesse processo

Nas últimas duas décadas, diversos acordos internacionais foram firmados por países de todo o mundo, visando estabelecer compromissos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Viola (2002) considera que o Brasil teve papel de liderança no processo de negociação da Convenção de Mudança Climática em 1992, embora durante o Protocolo de Quioto tenha se oposto ao compromisso de redução da taxa de crescimento futuro das emissões de carbono por parte dos países emergentes. A partir de 2009, a política externa ambiental brasileira alterou seu posicionamento sobre a mudança do clima, ao assumir compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Durante as negociações do Protocolo de Quioto, embora tanto a UNFCCC quanto o IPCC reconhecessem a importância da adaptação aos impactos, o foco principal sempre foi a adoção de medidas de mitigação à mudança do clima por meio da redução de emissões de GEE. Esse cenário começou a mudar a partir de 1998, quando as discussões sobre adaptação começaram a estruturar-se de fato (SAE, 2014). O Fundo Especial para Mudanças Climáticas (*Special Climate Change Fund*), operado pelo GEF (*Global Environment Facility*) foi estabelecido em 2001, para o financiamento de projetos relacionados à adaptação, transferência de tecnologia, capacitação, manejo de



recursos e diversificação econômica. O Fundo de Adaptação, também criado em 2001, tem o objetivo de financiar projetos e programas de adaptação em países em desenvolvimento que são partes do Protocolo de Quioto e especialmente vulneráveis às mudanças climáticas.

Durante a nona Conferência das Partes (COP-9) em 2003, foi identificada a necessidade de realização de trabalhos envolvendo os aspectos científicos, técnicos e socioeconômicos dos impactos das mudanças climáticas, assim como da vulnerabilidade e adaptação dos ecossistemas aos efeitos provocados pelas alterações no clima. Em 2005, estabeleceu-se o Programa de Trabalho de Nairóbi sobre Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação à Mudança do Clima, na COP-11.

A COP-16, realizada em Cancun em 2010, trouxe avanços para o tema, criando o Arcabouço de Adaptação de Cancun, que visa estimular os países menos desenvolvidos a elaborarem seus planos nacionais de adaptação, partindo de suas experiências com os Programas de Ação Nacionais de Adaptação, conhecidos pela sigla em inglês, NAPAs (UNFCCC, 2012).

Na COP-17, realizada em Durban, em 2011, foi criado o Fundo Verde, para apoiar projetos, programas, políticas e outras atividades em países em desenvolvimento. Ainda na COP-17, destacou-se o lançamento da Carta de Adaptação de Durban⁴, que condensa o comprometimento de governos locais para respostas aos riscos das mudanças climáticas. Foi estabelecido o processo de Planos Nacionais de Adaptação, baseado nos NAPAs.

Desde então, o ICLEI tem organizado encontros como o Resilient Cities Congress, que trata da relevância de medidas de infraestrutura verde e o papel dos ecossistemas. Outro dado relevante refere-se à quantidade de trabalhos em AbE apresentados durante o encontro internacional Adaptation Futures⁵, em 2014, em Fortaleza, demonstrando a relevância que o tema vem tomando nos últimos anos.

Durante a COP-20, em 2014, o Fundo Verde do Clima atingiu a meta de arrecadar US\$10 bi, o que deve ser uma importante contribuição para a implantação de ações de mitigação de emissões de GEE e adaptação nos países mais vulneráveis.

⁵Organizado pelo Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST-INPE) e pelo *ProgrammeofResearchon Climate ChangeVulnerability, ImpactsandAdaptation* (PROVIA), do PNUMA, 2014, Fortaleza-http://adaptationfutures2014.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/05/Conference Programme Complete oral May13.pdf



⁴ Ocasião em que o Governo Sul-Africano em parceria com o ICLEI - Governos Locais para a Sustentabilidade sediaram a 'Convenção de Governos Locais de Durban: adaptação à mudança climática'.

Quanto ao posicionamento do Brasil em relação à adaptação, partir de Copenhague (2009),um observa-se а envolvimento no tema, seja por assumir compromissos voluntários de redução de emissões no plano internacional, ou pela gradual implementação do arcabouço estabelecido, em 2009, com a Política Nacional de Mudança do Clima (SAE, 2014). Sendo assim, o Brasil apresenta grande potencial para liderar a agenda de adaptação, em função de sua grande riqueza e diversidade biológica. Ainda que tenham ocorrido diversos avanços nas negociações internacionais acerca do enfrentamento às mudanças climáticas, é de suma importância que ações relacionadas à adaptação e especialmente AbE sejam reconhecidas e incentivadas, que estas integrem os diversos planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e que sejam incorporadas em todos os níveis governamentais.

3. ADAPTAÇÃO BASEADA EM ECOSSISTEMAS

3.1 Evolução do conceito

Adaptação é o ajuste em sistemas naturais ou humanos, em resposta aos impactos das mudanças climáticas, atuais ou previstas, de modo a minimizar os prejuízos ou potencializar benefícios (UNFCCC, 2012). Existem diversas abordagens para a adaptação às mudanças climáticas, como a abordagem baseada em perigos, gerenciamento de riscos, vulnerabilidades, resiliência e ecossistemas. A adaptação baseada em ecossistemas (AbE) é, portanto, uma das estratégias de adaptação existentes, que pode ser utilizada combinada com outras estratégias, considerando a avaliação custobenefício, custo-efetividade e os co-benefícios, ou seja, a implantação de medidas de adaptação às mudanças climáticas associada à manutenção dos serviços ambientais е à conservação da biodiversidade.

Ecossistemas bem manejados têm potencial maior de adaptação, resistindo e recuperando-se mais facilmente dos impactos de eventos climáticos extremos, além de proverem uma maior gama de benefícios, dos quais as pessoas dependem (IUCN, 2009). Os principais marcos da evolução do conceito de AbE são apresentados na Figura 1.



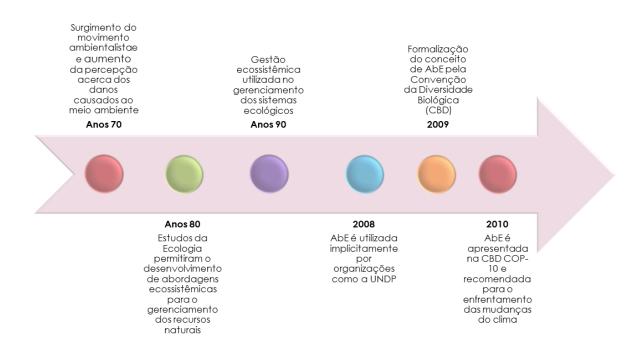


Figura 1 - Evolução do conceito de AbE

Fonte: Elaborado pelos autores.

O conceito de AbE apresenta algumas variações de acordo com a instituição que o adota. Seguem no Quadro 1 os conceitos utilizados pela Convenção da Diversidade Biológica (*CBD*), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*UNEP*) e União Internacional para a Conservação da Natureza (*IUCN*).

Quadro 1 - Principais conceitos de AbE

Organização	Conceito de AbE
CBD	"Uso da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para auxiliar as pessoas a se adaptarem aos impactos adversos das mudanças climáticas" (RAASAKKA, 2013; tradução livre).
UNEP	"Uso dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade como parte de uma estratégia de adaptação mais ampla para auxiliar as pessoas e as comunidades a se adaptarem aos efeitos negativos das mudanças climáticas em nível local, nacional, regional e global" (TRAVERS et al., 2012; p. 08).
IUCN	"Uso da biodiversidade como parte de uma ampla estratégia de adaptação a fim de auxiliar as pessoas na adaptação dos impactos adversos das mudanças climáticas" (RAASAKKA, 2013; tradução livre).

Embora o conceito de AbE proposto pela Convenção da Diversidade Biológica (*CBD*) seja o mais conhecido e utilizado, no âmbito deste estudo foi adotado o conceito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*UNEP*), por ser mais amplo, incluindo



não apenas pessoas, mas também comunidades e trazendo à tona as múltiplas, e necessárias, escalas geográficas.

3.2 Critérios para a classificação de AbE

Para serem classificados como AbE, ações, programas ou projetos devem preencher determinados critérios. Estes se baseiam no próprio conceito de AbE, variando também conforme o autor ou instituição que trata do assunto (Quadro 2).

Quadro 2 - Princípios básicos para classificação de AbE, segundo autores e/ou organizações

Autor/Organização	Princípios básicos para AbE			
Andrade et al. (2011)	 Promover a resiliência de ecossistemas e sociedades; Promover abordagens multi-setoriais; Operar em escalas multi-geográficas; Permitir o manejo adaptativo; Minimizar compensações e maximizar benefícios, visando o desenvolvimento e a conservação, além de evitar impactos negativos de natureza social e ambiental; Basear-se no melhor conhecimento local e ciência disponíveis, visando gerar e difundir conhecimento; Utilizar ecossistemas resilientes, assim como soluções baseadas na natureza que devem prestar serviço às pessoas – especialmente as mais vulneráveis; Processos participatórios, transparentes e culturalmente apropriados. 			
TNC (2011) mencionado por Travers <i>et al.</i> (2012)	 Promover ecossistemas resilientes; Manter serviços ecossistêmicos; Dar suporte à adaptação setorial (incluir medidas nos planos de adaptação nacional, influenciar planos de desenvolvimento setorial, entre outros); Reduzir riscos e desastres; Complementar a infraestrutura (restauração de planícies alagáveis para evitar enchentes em cidades, manutenção do curso original dos rios, recuperação de florestas ciliares, etc.); Evitar má-adaptação (aprender com os resultados de atividades de adaptação conduzidas anteriormente, evitar impactos acidentais sobre comunidades e ecossistemas, entre outros). 			
Relatório IUCN (COLLS et al., 2009)	 Focar também na redução de estresses não relacionados ao clima; Envolver as comunidades locais; Desenvolver estratégias de desenvolvimento com múltiplos parceiros; Aproveitar as boas práticas em gestão dos recursos naturais já existentes; Adotar abordagens de gestão adaptativa; Integrar a AbE a estratégias mais amplas de adaptação; Comunicar e educar. 			



Autor/Organização	Princípios básicos para AbE
Convenção da Diversidade Biológica (GIROT <i>et al.</i> , 2014)	 Manutenção de serviços ecossistêmicos mediante a conservação da estrutura e função dos ecossistemas, reconhecendo que os ecossistemas têm limites, que passam por mudanças e que estão interligados; Utilizar escalas de tempo e espaço apropriadas; Garantir um processo descentralizado de tomada de decisão e de gestão flexível; Utilizar informações de todas as fontes, incluindo o conhecimento tradicional, local e científico.

Considerando os critérios do Quadro 2 e baseando-se no trabalho realizado por Dourojeanni (2012), foram adotados neste estudo os seguintes critérios básicos a serem considerados para classificar ações ou projetos como AbE (Tabela 1):

Tabela 1 - Critérios para classificação de ações de AbE

- (1) Uso da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos Envolver ações de conservação, recuperação e/ou gestão de ecossistemas
- (2) Objetivar medidas de adaptação para pessoas e comunidades
- (3) Aplicar lentes climáticas⁶ preferencialmente conduzir estudos de avaliação de vulnerabilidade

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Dourojeanni (2012).

O envolvimento de atores múltiplos em projetos e ações de AbE depende de cada caso. Aconselha-se engajar comunidades locais, quando estas estejam sendo afetadas e em situação vulnerabilidade. Na Adaptação baseada em Comunidades, estratégias de adaptação aos impactos das mudanças climáticas são geradas a partir de um processo participativo, que se baseia em normas culturais já existentes, visando combater as causas da pobreza, que torna algumas pessoas especialmente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas (GIROT et al., 2014). Neste contexto, a realização de processo participativo com envolvimento de diversos atores locais não foi considerado um critério básico para AbE, sendo somente essencial em projetos e ações de AbE que comunidades diretamente afetadas vulneráveis (NAUMANN et al., 2013; DOUROJEANNI, 2012).

⁶A lente climática consiste em um processo, passo ou ferramenta analítica para analisar uma política, plano ou programa, indicando os riscos que as mudanças climáticas representam para as metas de desenvolvimento em longo prazo (OCDE, 2011).



4. ESTADO DA ARTE RELATIVO À ABE NO BRASIL E NO MUNDO

4.1 Publicações e iniciativas referência para AbE

Foram identificadas publicações e iniciativas que propõem traçar objetivos, princípios, comparações entre estudos e guias metodológicos para a implementação de ações de AbE (Tabela 2), assim como iniciativas que proporcionam o compartilhamento de informações sobre AbE.

Tabela 2 - Publicações e iniciativas de referência para medidas de AbE

Estudo	Descrição
<u>Ecosystem-based Adaptation</u> <u>Flagship Programme</u> (EBA - A, 2015)	Trata-se de aliança entre a UNEP, UNDP e IUCN para estabelecer programas em AbE. Inclui abordagens piloto, bem como estudos comparativos de custo e custo-benefício de AbE em relação a outras estratégias de adaptação.
Guia de Adaptação Baseada em Ecossistemas, dos princípios à prática (TRAVERS et al., 2012)	Guia estruturado a fim de possibilitar decisões acerca do uso de medidas de AbE no contexto de outras tecnologias de adaptação.
Ecosystem-based Adaptation: a natural response to climate change (COLLS et al., 2009)	Relatório da IUCN que aborda as vantagens da AbE. Discute diversos casos envolvendo essa abordagem e lista princípios, limites e barreiras à implementação de estratégias dessa natureza.
<u>Draft Principles and</u> <u>Guidelines for Integrating</u> <u>Ecosystem-based</u> <u>Approaches to adaptation in Project and Policy Design: a discussion document</u> (ANDRADE et al., 2011)	Material que propõe um conjunto de princípios e orientações para o planejamento de medidas de AbE. Pode servir como guia para o planejamento de medidas de adaptação nacionais, projetos e pesquisas.
Framework for assessing the evidence for the effectiveness of Ecosystembased approaches to adaptation (MUNROE et al., 2011)	Parceria entre Birdlife, UNEP-WCMC e IIED, o documento delineia um modelo para avaliação de medidas de AbE, elencando questões que permitem avaliar a efetividade da AbE para a adaptação.
Operational Guidelines on Ecosystem-based Approaches to Adaptation (GEF, 2012)	Traz orientações operacionais visando esclarecer os critérios para projetos que incluam medidas de AbE. Também orienta as organizações que desejam obter fundos do GEF para implementação de projetos.
<u>Climate Change Adaptation</u> <u>and Mitigation Methodology</u> <u>(CAM)</u> (CAREW-REID et al., 2011)	Este documento traz uma abordagem integrada de planejamento para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A metodologia aplicada leva em conta uma abordagem integrada dos ecossistemas.
Flowing Forward: Freshwater ecosystem adaptation to climate change in water	Disponibiliza um guia de princípios, processos e metodologias para avaliar projetos ligados a



Estudo	Descrição
resources management and biodiversity conservation (QUESNE et al., 2010)	recursos hídricos, incorporando as implicações da adaptação às mudanças climáticas nos ecossistemas. Parceria entre <i>World Bank</i> , WWF e <i>Water Partnership Program</i> .
Building Resilience to Climate Change. Ecosystem- based adaptation and lessons from the field (PÉREZ et al., 2010).	Documento da IUCN que busca avançar na discussão relacionada à abordagem de AbE trazendo uma seleção de onze estudos de caso, abrangendo diversos ecossistemas e países.
Ecosystem-based Adaptation: a Guiding Framework for decision making criteria (ICLEI, s/d).	Documento do ICLEI que detalha o passo a passo para a tomada de decisão acerca da adoção de medidas de AbE. Ele é um guia para ser utilizado como referência pelos governos locais, para a estruturação do processo de implementação, monitoramento e avaliação das ações de AbE.
Plataforma we ADAPT – Adaptation planning, Research and Practice (WEADAPT, 2015)	Proporciona um espaço <i>online</i> sobre temas ligados à adaptação e sua sinergia com a mitigação às mudanças climáticas, que permite acessar informações e compartilhar experiências. Há diversos documentos e iniciativas em AbE disponíveis para acesso.
Portal Regional para Transferência de Tecnologia e Ação sobre Mudança Climática na América Latina e Caribe (REGATTA, 2015)	Portal implementado pela UNEP que tem como objetivo apoiar a transferência de conhecimento, tecnologia e experiência, para auxiliar os países da América Latina e Caribe a enfrentarem os desafios das mudanças climáticas por meio de assistência técnica, acesso a financiamentos e troca de informações.
Ecosystem-based Adaptation Community of Practice Portal (EBA - B, 2015)	Este portal é uma iniciativa desenvolvida pelo REGATTA (citado anteriormente) e funciona como uma comunidade de práticas <i>online</i> , que reúne um grupo de pessoas para troca de experiências e conhecimento sobre AbE.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2 Experiências de AbE no Brasil e no mundo

Contabilizadas as experiências em AbE identificadas ao longo deste estudo, chega-se a quase 100 estudos de caso em todo o mundo. Uma lista completa dos projetos encontrados neste estudo, separados por região, encontra-se disponível no anexo. Destas, 43% ocorrem na Europa desde 2009, sendo muitas financiadas pela Comissão Europeia. Nos demais continentes a proporção é menor, podendo-se inferir que o fato de haver recomendações para medidas de AbE no White Paper on Adapting to Climate Change (UNIÃO EUROPEIA, 2009), da Comunidade Europeia, em 2009, endossadas por documento de trabalho em estratégias de adaptação às mudanças climáticas (UNIÃO EUROPEIA, 2013), possa ter influído positivamente para o número de experiências existentes (Tabela 3).



A Tabela 3 indica ainda um grande número de projetos de AbE sendo executados no continente africano e na Ásia. Provavelmente, isso se deve principalmente aos esforços da IUCN, que está fortemente envolvida no apoio a projetos de adaptação às mudanças climáticas, com foco específico em AbE (RIZVI, 2014). Ainda de acordo com Rizvi (2014), a organização apoia 45 projetos relacionados à Adaptação baseada em Ecossistemas em 58 países ao redor do mundo.

Tabela 3 - Síntese de projetos de AbE por continente e no Brasil

Local	N _o	Estado/país	Ecossistema	Objetivos
Brasil	11	Bahia, Rio de Janeiro, Acre, São Paulo, Ceará, Distrito Federal, Paraná, Amazonas, Mato Grosso.	Mata Atlântica, Cerrado, Áreas Costeiras, Floresta Amazônica, Caatinga; Urbano; Mangue; Pantanal.	Aumento da resiliência de recifes de corais, criação de sistemas de áreas protegidas, conservação da biodiversidade, reflorestamento, planos municipais, conservação de mangues, preservação das cabeceiras de rios.
Europa	19	Reino Unido, Holanda, França, Áustria, países da Bacia Danúbio, países do Mediterrâneo, Dinamarca, Alemanha, Noruega, Bélgica, Suécia, Suíça, Polônia, Itália.	do, Águas interiores, aíses áreas costeiras, cidades, agricultura e florestas. neo, a, l, l, luécia,	
América Latina e Caribe	15	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El- Salvador, Equador, Grenada, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.	Agrícola, águas interiores, cidades, costeiro, florestas, marinho e montanhas.	Aumento da capacidade de adaptação, medidas políticas de adaptação, recuperação de ecossistemas, capacitação e engajamento em gestão adequada de ecossistemas, gestão integrada de recursos hídricos.
Ásia	16	Bangladesh, Sri Lanka, Indonésia, Índia, Tailândia, Malásia, Vietnã, Fiji, Filipinas, Jordânia, Japão, Mongólia, Rússia, China,	Costeiro, marinho, águas interiores, zonas úmidas, florestas, montanhas, pradarias, pastagens, urbano, bacias	Restauração e gestão de ecossistemas danificados, diversificação dos meios de sobrevivência, conservação da biodiversidade, agricultura sustentável, governança da água, gerenciamento florestal, gestão integrada



Local	Nº	Estado/país	Ecossistema	Objetivos
	casos	Armênia, Camboja, Laos, Maldivas, Nepal, Paquistão.	hidrográficas e agrícola.	dos recursos, segurança alimentar, sustentabilidade de comunidades costeiras, planejamento de comunidades para adaptação às mudanças climáticas.
África	25	Moçambique, Uganda, Etiópia, Tanzânia, Durban, África do Sul, Zâmbia, Namíbia, Nigéria, Mauritânia, Senegal, Gambia, Guiné Bissau, Cabo Verde, Zimbábue, Quênia, Madagascar, Ruanda, Sudão, Mali, Burkina Faso, Egito, Jordânia, Líbano, Marrocos, Palestina, Botswana, Lesoto, Seicheles, Benim, Camarões, Chade, República Centro-Africana, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Serra Leoa e Togo.	Costeiro, rural, urbano, marinho, áreas úmidas e áridas, pastagens, pradarias, agrícola, florestas, bacias hidrográficas, terras secas e montanhas.	Conservação e segurança alimentar, práticas florestais e agroflorestais, gestão e restauração dos ecossistemas, gestão da água, áreas verdes, gestão costeira integrada, conservação da biodiversidade, diversificação dos meios de subsistência, análise de vulnerabilidade, gestão integrada dos recursos naturais, combate à desertificação, correlação entre igualdade de gênero e impactos das mudanças climáticas, análise de resiliência de ecossistemas, aprendizado ambiental interativo visando fortalecimento do processo de tomada de decisão, mapeamento de riscos, aumento da resiliência de áreas protegidas, processos REDD+ e avaliação dos impactos.
América do Norte	06	Canadá e Estados Unidos.	Urbano, florestas, agrícola, marinho, costeiro, águas interiores.	Aumento da resiliência contra a elevação do nível do mar e a ocorrência de eventos climáticos extremos, diminuição da vulnerabilidade à seca na agricultura, avaliação de vulnerabilidade, criação e gestão de florestas urbanas e parques, conservação dos recursos naturais e diminuição dos riscos.



Local	Nº casos	Estado/país	Ecossistema	Objetivos
Oceania	06	Papua Nova Guiné, Austrália, Samoa e Nova Zelândia.	Costeiro, savana, florestas e bosques, águas interiores, agrícola.	Gestão de incêndios, aumento da resiliência e capacidade adaptativa de áreas florestais e comunidades, redução da vulnerabilidade, restauração de ecossistemas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Brasil, o número de exemplos de projetos em AbE ainda é incipiente; no entanto, as poucas experiências encontradas demonstram o potencial existente, podendo este ser reflexo da grande riqueza e diversidade biológica brasileira, da tradição que o país possui em relação ao envolvimento de comunidades, e das previsões de impactos feitas pelo IPCC e Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas para os próximos anos na Região.

O Banco Mundial apoia na América Latina e Caribe muitos projetos de conservação da biodiversidade com medidas de AbE, por meio de Corredores Biológicos na Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Argentina, Guatemala, México, Panamá, Nicarágua e Honduras, bem como no Brasil (WORLD BANK, 2009). Investe também em ações de manutenção e restauração de ecossistemas, desenvolvimento de medidas voltadas às mudanças climáticas em reservas naturais, programas de proteção a enchentes, entre outros.

As melhores práticas em AbE selecionadas neste estudo têm como característica comum a avaliação de vulnerabilidade. Dentre os projetos encontrados ao longo da elaboração deste estudo, alguns foram selecionados como exemplos (Tabela 4), os demais encontramse no anexo, com os links ativos para acesso a mais informações diretamente nos sites dos projetos. Cada projeto listado na Tabela 4 foi identificado com seu respectivo código, conforme especificado no anexo.

Tabela 4 - Exemplos de práticas em AbE no Brasil e no mundo

Projeto	Região/ País	Objetivo	Critérios para ser considerado AbE
		Fornecer exemplos de como as medidas de adaptação baseadas em diferentes ecossistemas podem ser desenhadas e implementadas.	Lente climática; identificação de medidas de adaptação.



			Critérios para
Projeto	Região/ País	Objetivo	ser considerado AbE
Análise de Risco Ecológico da Bacia do Rio Paraguai (B.06)	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai	Identificar a situação dos componentes ecológicos que garantem a integridade dos sistemas aquáticos na bacia do Rio Paraguai para que governos e sociedades civis dos países envolvidos desenvolvam uma agenda de adaptação do Pantanal às mudanças climáticas.	Lente climática; identifica medidas de adaptação para aumentar a resiliência do ecossistema; ações de recuperação.
Projeto Aclimar (B.07)	Brasil	Desenhar tecnologias que ajudem as comunidades e os ecossistemas da Microbacia do Urubu (DF) a se adaptarem melhor aos efeitos das mudanças climáticas.	Ações de recuperação, implementação de medidas de adaptação para comunidades e ecossistemas.
Edmonton's urban forest management plan (UFMP) (Plano de Manejo da Floresta Urbana de Edmonton) (AN.1)	Canadá	Criar uma floresta urbana sustentável, para auxiliar as pessoas na adaptação às mudanças climáticas.	Lente climática; identificação de medidas de adaptação para comunidades e ecossistemas.
CARPIVIA project: Carpathian integrated assessment of vulnerability to Climate change and ecosystem-based adaptation measures (Avaliação integrada da vulnerabilidade da região dos Cárpatos às mudanças climáticas e medidas de AbE) (E.01)	Bacia dos Cárpatos, Hungria	Avaliar a vulnerabilidade da região dos Cárpatos às mudanças climáticas combinadas a outras pressões antropogênicas, e identificar medidas potenciais de AbE.	Lente climática; identificação e avaliação de medidas de adaptação.
Integrated national adaptation plan - Colombia highland Ecosystems (Plano Integrado de Adaptação Nacional - Ecossistemas de montanha na Colômbia) (ALC.04)	Colômbia	Garantir o abastecimento contínuo dos serviços ecossistêmicos vitais - incluindo regulação do fluxo hídrico - que são essenciais para as populações locais e pessoas que vivem no entorno de Bogotá.	Lente climática; ações de recuperação e conservação de ecossistemas; elaboração de medidas de adaptação.
Tonle Sap (AS.12)	Camboja	Aumentar a resiliência do Tonle Sap (região que cobre 470.000 ha formada por lago e florestas inundadas)	Lente climática; ações de recuperação de ecossistemas; implementação de



			Critérios para
Projeto	Região/ País	Objetivo	ser considerado AbE
		aos padrões alterados de precipitação e reduzir a vulnerabilidade das comunidades que dependem desse ecossistema.	medidas de adaptação.
Coping with drought and climate change in the Chiredzi District (Lidando com a seca e a mudança do clima no distrito de Chiredzi) (AF.11)	Zimbábue	Apoiar agricultores de subsistência em áreas secas por meio da promoção de modos de vida sustentáveis integrados ao manejo de risco do clima.	Lente climática; implementação de medidas de adaptação; ações de conservação.
Building Interactive Decision Support to Meet Management Objectives for Coastal Conservation and Hazard Mitigation on Long Island, New York, USA (Construindo um processo interativo de decisão para alcançar os objetivos de manejo para a conservação das áreas costeiras e mitigação de impactos em Long Island) (AN.04)	EUA	Desenhar, construir e discutir futuros cenários alternativos para o aumento do nível do mar, tempestades extremas, vulnerabilidades sociais e ecológicas, e prioridades de conservação.	Lente climática; desenvolver medidas de adaptação.
Transforming Coral Reef Conservation - Kimbe Bay: Marine Conservation Platform Site in Papua New Guinea (Transformando a conservação de recifes de coral em Kimbe Bay: Plataforma de conservação marinha em Papua Nova Guiné) (OC.02)	Papua Nova Guiné	Criar uma grande rede de áreas protegidas marinhas para garantir a resiliência dos recifes de coral frente às alterações climáticas.	Lente climática; ações de conservação de ecossistemas.
Building with nature Indonesia - reaching scale for coastal resilience (Construindo com a natureza Indonésia - atingindo escala para a resiliência de ecossistemas costeiros) (AS.14)	Indonésia	Criar uma barreira natural na costa norte da ilha de Java a fim de estancar o severo processo de erosão.	Ações de recuperação e de conservação, implementação de medidas de adaptação, análise de vulnerabilidades, lente climática.
The Great Fen Project (Projeto de restauração de áreas úmidas) (E.12)	Inglaterra	Restaurar mais de 3.000 hectares de áreas úmidas, no sudoeste da Inglaterra.	Proteção a enchentes nas comunidades, armazenamento de carbono. Lente climática, análise de vulnerabilidades.



Projeto	Região/ País	Objetivo	Critérios para ser considerado AbE
Recuperação da Mata Ciliar do Rio Cachoeira como Medida de Controle de Inundações no Município de Itabuna, Litoral, Sul da Bahia (B.12)	Bahia	Recuperação da mata ciliar às margens do Rio Cachoeira e seus afluentes para favorecer a restauração de serviços ecossistêmicos e, sobretudo minimizar os efeitos das chuvas a população local. Envolve mapeamento das áreas e capacitação de agentes ambientais, incluindo a comunidade na implantação do projeto.	Ações de recuperação e de conservação, implementação de medidas de adaptação, análise de vulnerabilidades, lente climática. Projeto financiado pelo Fundo Clima.
WAVE project - Water Adaptation is Valuable to Everyone. (Projeto WAVE - adaptação é valiosa para todos) (E.19)	Holanda, Reino Unido, França, Bélgica e Alemanha	Desenvolver políticas de prevenção de riscos e incremento de oportunidades na gestão da água, redução de vulnerabilidades de ecossistemas e da sociedade aos riscos das mudanças climáticas e divulgação sobre os impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos.	Lente climática, implementação de medidas de adaptação, análise de vulnerabilidades.

Fontes: IKI (2013); TNC e WWF (2012); ISSA (2015); CARPIVIA (2015); UNFCCC (2015-a); UNFCCC (2015-b); Pérez *et al.* (2010); TNC (2004); WETLANDS (2015); DOSWALD e OSTI (2011). Adaptado pelos autores.

4.3 Inserção de AbE em políticas e planos nacionais, locais e setoriais

O Reino Unido foi pioneiro na inserção de adaptação com base em ecossistemas em políticas públicas, partindo de informações da Avaliação Ecossistêmica do Milênio, em 2005, que não apenas demonstrou a importância dos serviços ecossistêmicos para o bem estar humano, como mostrou, em escala global, que muitos destes serviços estavam sendo degradados e perdidos. Com base nessas preocupações, o governo elaborou, em 2007, um estudo para permitir a identificação e desenvolvimento de políticas públicas



efetivas como resposta à degradação dos serviços ambientais, considerando as mudanças climáticas (UK NEA, 2015).

Posteriormente, na Comunidade Europeia, o White Paper on adapting to Climate change: towards a European framework for action (UNIÃO EUROPEIA, 2009) recomenda ações para uma estratégia global de adaptação na União Europeia (UE), dividido em 3 blocos: (1) impactos físicos e meteorológicos, (2) impactos sobre a biodiversidade e ecossistemas e (3) impactos socioeconômicos. Insere o papel desempenhado pelos ecossistemas no controle da regulação do clima e de seus impactos, recomendando medidas de adaptação voltadas ao gerenciamento e conservação dos recursos hídricos, do solo e dos recursos biológicos como forma de manter sua vitalidade e torná-los resilientes às mudanças climáticas. Essas recomendações estabeleceram as bases e os princípios sobre a política da UE em matéria de adaptação, a partir de 2013, para aplicação de uma Estratégia Europeia de Adaptação às Mudanças sentido, Climáticas. Neste diversos países replicaram recomendações da UE, sugerindo medidas de adaptação focadas no gerenciamento e na conservação dos ecossistemas.

Destaca-se também a inserção dos serviços ecossistêmicos nos Programas de Ação Nacionais de Adaptação (*National Adaptation Programmes of Action - NAPAs*) estabelecidos na COP 7, da UNFCCC, em Marrakesh (UNFCCC, 2002), para países menos desenvolvidos e que estão entre os mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas (PRAMOVA *et al*, 2012).

No Brasil, a legislação prevê a implantação de um Plano Nacional de Adaptação às mudanças climáticas, o qual está em fase final de elaboração pelo Ministério do Meio Ambiente. A Política Nacional sobre Mudança do Clima define adaptação como um conjunto de iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima (BRASIL, 2009). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a elaboração de uma estratégia de adaptação, em linhas gerais, envolve a identificação da exposição a impactos atuais e futuros, com base em projeções e cenários climáticos, a identificação e análise da sensibilidade a esses possíveis impactos e a definição de medidas adaptativas (MMA, 2015).

Dos planos setoriais brasileiros, o Plano Setorial de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima na Mineração (Plano de Mineração de Baixa Emissão de Carbono - Plano MBC); e o Plano Setorial de

⁷White Papers da Comissão Europeia são documentos que contêm propostas de ação para a Comunidade Europeia em uma área específica, publicados após uma fase de consultas (*Green Papers*). Quando é acolhido favoravelmente pelo Conselho da UE, pode levar a um programa de ação no tema.



Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC) citam ações contempladas na Adaptação baseada em Ecossistemas. Podem ser citadas neste contexto, atividades como: desenvolvimento de culturas resistentes a períodos de seca, construção de defesas contra inundações, recuperação de pastagens, estudos e mapeamentos de vulnerabilidade, definição de indicadores de resiliência, entre outras.

Regionalmente, há ainda disposições no Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre⁸, no Programa de Mudanças Climáticas do Comitê da Bacia Hidrográfica Lagos São João - Casimiro de Abreu - Projeto Atitude Água e Clima⁹ e no Plano Amazônia Sustentável¹⁰. De 11 Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica¹¹ pesquisados, somente o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro¹² apresenta recomendações e iniciativas de AbE, baseadas nas vulnerabilidades identificadas no município.

A divulgação de estudos sobre o tema, assim como a inserção da AbE no Plano Nacional de Adaptação, devem propiciar maior conhecimento sobre o conceito, ampliando seu uso, já que muitas iniciativas em andamento no Brasil contemplam critérios de AbE, sem necessariamente apresentar esta denominação.

Alguns obstáculos à implementação de projetos de AbE mencionados são referentes à escassez de recursos. Algumas vezes, implantação dos projetos existe a necessidade áreas, desapropriação de ou relocação de infraestrutura. Oportunidades de financiamento nem sempre permitem a inclusão desse tipo de ação, preliminar à implantação do projeto de fato, assim como o monitoramento também requer financiamento específico por algum tempo após a implantação do projeto. Muitas vezes, há dificuldade na efetividade de implantação de trabalhos desta magnitude entre as diversas instâncias de governo, e medidas urgentes ou com maior visibilidade em curto prazo acabam sendo priorizadas. Outro obstáculo identificado é uma percepção negativa da sociedade e até mesmo dos investidores, resultante do receio em relação à efetividade de ações de AbE, comparando com projetos de

¹²Disponível em http://www.pmma.etc.br/index.php?option=com content&view=article&id=183:plano-municipal-de-porto-seguro&catid=80:my-blog&Itemid=542



⁸ Disponível em

http://d3nehc6yl9gzo4.cloudfront.net/downloads/plano estadual recursos hidricos acre.pdf

⁹ Disponível em <u>http://www.vozdasaguas.com/2011/08/atitude-agua-e-clima/</u>

¹⁰ Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/ arquivos/plano amazonia sustentavel.pdf

¹¹ Disponível em http://www.pmma.etc.br/

engenharia convencional (DOSWALD e OSTI, 2011). O Plano Nacional de Adaptação será uma ferramenta estratégica na transposição desses obstáculos.

5. BENEFÍCIOS E VANTAGENS DE MEDIDAS DE AbE

benefícios Existem diversos diretos indiretos, economicamente quantificáveis ou não, da utilização de estratégias de AbE. Além da redução da vulnerabilidade aos impactos provocados pelas mudanças climáticas, a AbE pode gerar benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais, incluindo a redução de riscos relacionados aos desastres causados por eventos climáticos extremos, a segurança alimentar, a conservação da biodiversidade, o seguestro de carbono, a gestão sustentável da água, entre outros (COLLS et al., 2009).

Pérez et al. (2010) listam outras vantagens relacionadas à adoção de abordagens de AbE, como o desenvolvimento de uma visão integrada do território, fundamentada em processos ecológicos e que ultrapassa os limites político-administrativos, a manutenção da integridade ecológica dos ecossistemas em termos de serviços ecossistêmicos, o investimento em conservação, o aprimoramento da governança, o desenvolvimento de uma visão de adaptação ao clima inserida em uma dimensão cultural e uma contribuição ao desenvolvimento de políticas públicas em múltiplos níveis de gestão.

Algumas destas vantagens de estratégias de AbE podem ser quantificadas em termos econômicos e expressas numa relação custo-benefício. Dependendo da finalidade para que seja proposta, a valoração econômica dos serviços ecossistêmicos pode ser incluída na avaliação, ou seja, deve-se identificar da melhor forma possível todos os valores envolvidos no processo de decisão, tomando como base as escolhas que são feitas de acordo com a avaliação de custo e benefício.

Normalmente, a valoração dos serviços ecossistêmicos se resume ao aspecto meramente econômico, porém, muitos trabalhos têm apontado que esta medida não consegue captar toda a percepção e os benefícios adicionais gerados pelos serviços ecossistêmicos. Neste sentido, é necessário que outras abordagens associadas às dimensões ecológicas e socioculturais sejam levadas em conta, com a apropriação de métodos e indicadores que estabeleçam diferentes valores. Os benefícios gerados a partir da restauração ambiental ou conservação de uma área (visando à adaptação às mudanças climáticas) podem ser de abrangência local, regional, nacional ou global, bem como de caráter de provisão,



suporte, regulação ou cultural. Neste sentido, para se realizar a valoração econômica dos benefícios provenientes dos serviços ecossistêmicos, deve-se definir seu alcance tanto em termos físicos quanto temporais, bem como a quais serviços estão relacionados.

O uso dos serviços ecossistêmicos ("infraestrutura verde") vem sendo comparado com a implantação de medidas de engenharia convencional ("infraestrutura cinza") em diversos projetos, sendo que muitos deles não eram denominados como AbE, apesar de apresentar clara influência na adaptação às mudanças climáticas. O WRI apresenta, por exemplo, o caso de Nova Iorque, que, na década de 90, implantou ações de melhoramento nas bacias de captação de água, reduzindo os custos com captação e tratamento de água para a população. Esta opção evitou o custo de 8 a 10 bilhões de dólares na construção de uma nova planta de tratamento de água, promovendo um investimento de cerca de 100 milhões de dólares na economia rural, sendo considerado um estudo de caso de sucesso, pioneiro no pagamento por serviços ambientais (GARTNER et al., 2013).

As metodologias de avaliação de medidas de Adaptação baseada em Ecossistemas seguem abordagens similares às propostas pelo TEEB (2010), com a inclusão de análise de vulnerabilidade e avaliações de custo-benefício em comparação com infraestrutura verde e cinza, conforme apresentado a seguir (OJEA *et al.*, 2009):

- 1. Identificação e quantificação dos impactos diretos associados às mudanças climáticas: A quantificação deve ser realizada de acordo com o grau de conhecimento associado ao problema.
- 2. Identificação das áreas vulneráveis: As mudanças climáticas não irão atuar de maneira homogênea em todos os locais, sendo necessária a priorização de áreas com maior potencial de serem afetadas.
- 3. Identificação das opções de adaptação: Essa etapa visa identificar as alternativas que reduzam os impactos nas áreas mais vulneráveis. Na definição destas devem ser observados critérios de relevância, efetividade, escala de ação e viabilidade.
- 4. Identificação da medida de adaptação por custo unitário: Tomando como referência dados da literatura internacional e nacional, avaliar os custos unitários das medidas de adaptação. Os custos de adaptação devem incluir os custos de implantação e de manutenção.
- 5. Custos totais: Etapa final que consiste em agregar os custos de todas as medidas de adaptação para todas as áreas vulneráveis.



Há algumas experiências relacionadas diretamente ou indiretamente à AbE que envolveram a realização de estudos comparativos de análise de custo-benefício, apresentados resumidamente na Tabela 5. Todos os estudo identificados apontam um menor custo na opção pelas estratégias de AbE, além de benefícios adicionais.

Tabela 5 - Experiências relacionadas diretamente ou indiretamente à AbE ou à infraestrutura verde com análise de custo-benefício

Caso ou localidade	Descrição	Custo/ Benefício
Restauração das zonas úmidas no baixo rio Danúbio – Bulgária	Restauração de 2.236 km² de áreas alagadas compostas por 37 lagos, correspondendo à extensão total de 9.000 km² no baixo rio Danúbio.	Custo dos danos devido a enchentes: US\$396 milhões (2005) Custo de implantação do projeto: US\$299 milhões. Benefício gerado pelo projeto estimado em US\$120 milhões por ano. Benefício adicional: recuperação do ecossistema, melhoria na saúde da população (saneamento).
Benefícios da conservação de florestas em Madagascar	Conservação de 2,2 milhões de hectares de florestas e de áreas protegidas durante 15 anos em Madagascar.	Custo de implantação do projeto: US\$97 milhões (incluindo o custo de oportunidade da terra). Benefício gerado pelo projeto estimado em US\$150-180 milhões. Benefício adicional: conservação da biodiversidade, manutenção do fluxo hídrico, redução da erosão do solo. A partir dos resultados do projeto em questão, o governo de Madagascar resolver expandir suas áreas protegidas em mais 6 milhões de hectares.
Análise comparativa de adaptação baseada em ecossistemas e engenharia convencional em Lami Town, Fiji	Comparação de custos e benefícios entre opções de adaptação baseada em ecossistemas e engenharia convencional para redução da vulnerabilidade em Lami Town, Fiji.	Construção de diques ou reforço e retificação nas margens dos rios: mais de US\$990/m. Custo de recuperação do manguezal e margens de rios, considerando um período de 20 anos: menos de US\$2,5/m².



Caso ou localidade	Descrição	Custo/ Benefício
Resfriamento de águas tratadas em Medford, Oregon	Resfriamento dos efluentes urbanos antes de seu despejo no rio Rogue por meio de restauração da vegetação ripária e sombreamento.	Uma análise mostrou que, dentre as três alternativas para resfriamento da água (lagoa de armazenamento, resfriamento mecânico ou recuperação ambiental), a recuperação da vegetação e sombreamento tinha uma taxa de custo/efetividade três vezes menor comparado às demais alternativas. Além dos benefícios econômicos, a recuperação de áreas naturais contribui para a manutenção do habitat para animais silvestres que vivem no entorno e atua como um filtro da água que percola no solo. Ao longo de 10 anos, o custo estimado para recuperação das margens é de US\$8 milhões, enquanto a lagoa custaria US\$16 milhões e o resfriamento custaria US\$20 milhões, além de emitir mais gases de efeito estufa.
Recuperação da bacia hidrográfica de Catskill- Dellaware, Nova Iorque	Recuperação ambiental e implantação de sistemas de tratamento de esgoto em áreas rurais, promovendo oferta de água de melhor qualidade no entorno da cidade de Nova Iorque.	Custo de implantação de planta de tratamento de água: U\$6 bilhões para construir, cerca de U\$250 milhões para manutenção anual. Custo do programa de pagamento por serviços ambientais: U\$1,5 bilhão. Economia de bilhões de dólares, ganhos com a conservação de áreas naturais, investimento na área rural, com melhorias no saneamento e saúde pública, investimento em ecoturismo.

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de DOSWALD e OSTI (2011), EMERTON et al (2009), GARTNER et al (2013), IFRC (2002), NAUMANN et al (2011) e RAO et al (2012).

Rao et al. (2012) realizaram uma comparação de custos de medidas de adaptação às mudanças climáticas em Fiji, e chegaram à conclusão que, principalmente em longo prazo, o custo-benefício da escolha de ações de AbE é enorme, atingindo uma taxa de \$19,50 para cada \$1,00 de investimento, enquanto a implantação de ações de engenharia convencional tem uma taxa de \$9,00 de economia para cada \$1,00 de investimento. O custo de potenciais danos provocados pelas mudanças climáticas é de US\$ 114,8 mi, enquanto a implementação de todas as ações de adaptação propostas tem um custo estimado de US\$ 11,90 mi, ao longo de 20 anos, com a estimativa de prevenção de 10 a 50% de prejuízos.

Além da comparação econômica referente à implantação das ações, os benefícios adicionais que podem ser contabilizados estão na melhoria da saúde da população, redução de prejuízos à infraestrutura pública e particular (ruas, pontes, moradias, comércios, indústrias, entre outros) e manutenção de ambientes que propiciam serviços ecossistêmicos e conservação da biodiversidade. A Figura 2



ilustra os dois principais cenários utilizados para a comparação no estudo de Rao et al. (2012).

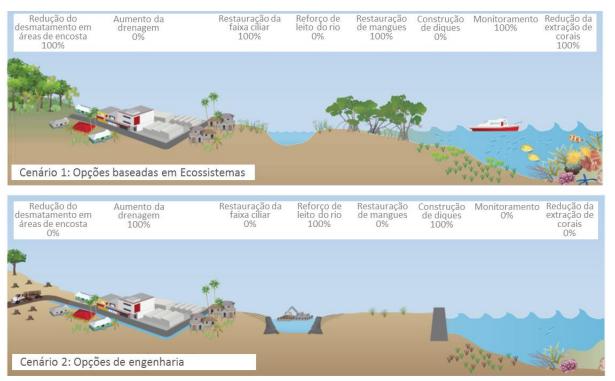


Figura 2 - cenários de adaptação às mudanças climáticas, utilizando opções de AbE (cenário 1) e soluções de engenharia convencional (cenário 2).

Fonte: Adaptado de Rao et al., 2012.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO

Considerando as alterações provocadas pelas mudanças е seus impactos, especialmente nos países países 0 planejamento destes deve consideração diversas formas de adaptação, nos diversos setores. Na COP-17, estabeleceu-se o processo do Plano Nacional de Adaptação (PNA), documento que deve ser elaborado de forma dinâmica e intersetorial, considerando as vulnerabilidades locais, riscos de médio e longo prazo e estratégias de monitoramento da implantação das ações, considerando revisões periódicas que incorporem novos conhecimentos e ações já implantadas (UNFCCC, 2012).

Os principais objetivos do Plano de Adaptação devem ser reduzir a vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas, por meio da construção de capacidade adaptativa e resiliência, e facilitar a integração da adaptação às mudanças climáticas em novas políticas, programas e atividades, principalmente em processos de



planejamento e estratégias de desenvolvimento, em todos os setores e em diferentes níveis (Decisão 5/CP.17, UNFCCC, 2012).

Neste sentido, o Decreto Federal nº 7.390 de 2010 (BRASIL, 2010), que regulamenta a Política Nacional de Mudanças Climáticas no Brasil (Lei Federal nº 12.187 de 2009; BRASIL, 2009), já dispunha sobre os seguintes planos setoriais de mitigação e adaptação – focados especialmente em uma economia de baixo consumo de carbono:

- Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm;
- Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado;
- Plano Decenal de Expansão de Energia PDE;
- Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC;
- Plano de Redução de Emissões da Siderurgia;
- Planos Setoriais nas áreas de: energia elétrica; transporte público urbano e sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros; indústria de transformação e de bens de consumo duráveis; indústrias químicas fina e de base; indústria de papel e celulose, mineração e agropecuária.

Além das disposições de adaptação da Política Nacional sobre a Mudança do Clima, já incorporadas ao Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, uma das metas propostas pelo PPA é a construção de um Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas.

Assim, foi criado em fevereiro de 2013, um Grupo de Trabalho (GT) para a construção do Plano Nacional de Adaptação. Este GT deve identificar e integrar os conhecimentos e medidas existentes, além de definir diretrizes, ações e prioridades para adaptação. Deve igualmente subsidiar o Grupo Executivo (GEx) do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM), instituído pelo Decreto Federal nº 6.263 de 2007 (BRASIL, 2007). Dentre os objetivos do CIM está orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Para sua administração conta com um Grupo Executivo (GEx) que tem como finalidade elaborar, implementar, monitorar e avaliar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

O PNA será um documento de caráter orientativo, com diretrizes gerais, cujo maior princípio é o do contágio, visando a incorporação dessas diretrizes nos planos setoriais. Outros princípios incluem a resiliência, a lente climática, a abordagem setorial e



territorial, a integração de medidas de adaptação, articulação dos planos federativos e implementação incremental (MMA, 2015).

Além disso, será também elaborado um Resumo Executivo de diagnóstico e recomendações. Os documentos de referência do PNA serão disponibilizados publicamente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), para eventuais consultas.

Quanto à participação da sociedade civil no processo de elaboração do PNA, esta ocorre por meio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) que, segundo o MMA, é o órgão oficial de representação da sociedade civil e atua como um canal permanente de acolhimento das sugestões, informações e questionamentos da sociedade. Em junho de 2015, uma versão consolidada (minuta) será encaminhada para avaliação do Grupo Executivo (MMA, 2014) e, posteriormente, para Audiência Pública. Todos os documentos e contribuições entregues ao MMA estão sendo disponibilizados por meio do site http://www.mma.gov.br/ (MMA, 2015).

6.1 Oportunidades para a inclusão de medidas de AbE no PNA

Uma das recomendações da Convenção para elaboração dos Planos Nacionais de Adaptação é que sejam analisadas as diversas opções de adaptação disponíveis, custos e benefícios de cada estratégia e se é possível identificar co-benefícios em determinadas opções de adaptação, sejam econômicos, sociais ou ambientais (UNFCCC, 2012). Desta forma, а Adaptação baseada Ecossistemas deve ser considerada, sempre que possível, apresentar custos normalmente muito inferiores e por aliar benefícios como a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais na adaptação às mudanças climáticas.

O Ministério do Meio Ambiente, na condução da elaboração do Plano Nacional, traz como objetivos de um Plano:

- Criar condições para ações locais e regionais;
- Definir prioridades de órgãos setoriais e informar estratégias subnacionais;
- Definir o direcionamento de uma proporção considerável de recursos e assim estabelecer prioridades de gastos buscando eficiência no território nacional;
- Garantir a equidade das ações ao longo do território nacional.



Conforme estabelecido pelo GT Adaptação, os recortes temáticos que deverão compor o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas são: Transportes e Logística; Energia; Biodiversidade e Ecossistemas; Desastres Naturais; Zonas Costeiras; Cidades; Segurança Alimentar e Agropecuária; Indústria; Saúde; Água. Os planos setoriais existentes, inseridos nestes recortes, deverão contemplar análises de vulnerabilidade e medidas de adaptação. O MMA pretende utilizar o PNA como uma ferramenta de "contágio", de modo que medidas de adaptação sejam implantadas como parte de um conjunto mais amplo de ações, dentro de planos de desenvolvimento e decisão existentes (MMA, 2015).

As experiências trazidas do Brasil e de outros países mostram que medidas em AbE, ou relacionadas à essa abordagem, são passíveis de serem aplicadas, direta ou indiretamente, em todos os recortes temáticos propostos pelo GT Adaptação. Para cada um dos dez recortes temáticos, são exemplificadas abaixo oportunidades de utilização de medidas de AbE. Alguns dos exemplos listados foram identificados com os códigos dos projetos onde foram aplicados, conforme especificado no anexo. Outros foram observados em planos de adaptação de outros países ou regiões, estudos e referências relacionadas ao assunto.

RECORTE 1: ZONA COSTEIRA

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

- Mangues protegem contra erosão e tempestades e servem como viveiros para peixes que alimentam populações costeiras.

- Recifes de corais protegem a costa contra tempestades e são fonte de alimentos e recursos econômicos.
- Água potável e segurança alimentar.
- Redução das emissões de carbono e aumento do sequestro de carbono.

Exemplos de oportunidades de AbE

- Capacitação das comunidades locais para gestão adequada dos ecossistemas costeiros e da água, restauração de ecossistemas costeiros (ALC.09).
- Gestão, recuperação e uso sustentável comunitário de ecossistemas costeiros (AF.03; AF.09; AS.01; AS.04).
- Estudos de modelagem climática para identificação de áreas vulneráveis (AF.07; AF.09; AS.06).
- Implementação de medidas naturais de adaptação (ex.: plantio de espécies para estabilização de dunas, criação de barreiras de vegetação para estabilização da erosão costeira, etc.) (AF.10; AS.04; AS.06).
- Implementação de novas tecnologias para redução da pressão de degradação sobre ecossistemas costeiros (AF.10).
- Construção de mosaico de áreas marinhas protegidas (OC.02).
- Manter intactas faixas de manguezal, restinga e barreiras de coral, recuperando áreas degradadas (RAO *et al.*, 2012).



RECORTE 1: ZONA COSTEIRA

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

- Gestão sustentável da pesca mediante implementação de: áreas de exclusão de pesca; programas de monitoramento e manejo; capacitação de pescadores sobre mudanças climáticas (B.03).
- Aumentar a resiliência dos recifes de coral mediante: promoção de turismo sustentável; monitoramento da saúde dos recifes; diminuição de lançamento de poluentes e esgoto no mar (B.03).

RECORTE 2: ÁGUA

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

- Serviços de provisão de água e regulação do fluxo hídrico.
- Proteção de bacias hidrográficas e nascentes beneficia qualidade e disponibilidade de água por reduzir o escoamento superficial e consequente assoreamento dos rios.
- Reduzir risco de inundações.
- Recuperação e manutenção de áreas naturais no entorno de rios e nascentes, especialmente no entorno de mananciais de abastecimento humano; manutenção de corredores ecológicos formados pelas matas ciliares (B.07; B.09).
- Gestão e uso sustentável comunitário das zonas úmidas (AF.03; AF.09).
- Implementação de programa de gestão integrada dos recursos hídricos (AS.13).
- Explorar o potencial de políticas e de medidas que ampliem a capacidade dos ecossistemas de estocar água.
- Uso de tratamento de esgoto por zonas de raízes em locais onde não existe tratamento de esgoto convencional.
- Identificação de vulnerabilidade ao aumento do nível do mar, considerando o impacto de intrusão de água salobra/ salgada em mananciais de abastecimento ou sistemas de tratamento de água para consumo humano (OECD, 2015).
- Monitoramento da água subterrânea em áreas sensíveis (B.03).

RECORTE 3: DESASTRES NATURAIS

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

Alguns serviços ecossistêmicos que podem auxiliar na redução de desastres:

- Ao longo das costas, zonas úmidas, planícies de maré, deltas e estuários absorvem água das zonas de montanhas, de tempestades e maremotos.
- Recifes de corais, dunas e vegetação costeira reduzem a
- Instalações de barreiras naturais permeáveis em áreas costeiras que quebram as ondas e que funcionam como uma armadilha de sedimentos, permitindo o restabelecimento da vegetação de mangue minimizando o processo erosivo (ALC.14).
- Proteção e conservação de zonas úmidas visando aumentar a resiliência contra a elevação do nível do mar, furacões e enchentes (AN.03, AF.19, AS.16).



RECORTE 3: DESASTRES NATURAIS

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

velocidade, a altura das ondas e a erosão ocasionadas por tempestades e marés altas.

- Florestas influenciam na interceptação da água da chuva, evapotranspiração, infiltração da água no solo e recarga do lençol freático, reduzindo riscos de enchentes, erosões, assoreamentos, secas, entre outros.

- Criação de planos para manejo de desastres.

RECORTE 4: SEGURANCA ALIMENTAR E AGROPECUÁRIA

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

- Medidas de agricultura sustentável geram benefícios, como o aumento da fertilidade do solo, diminuição da erosão do solo, aumento da produtividade e geração de produtos, como frutos, madeira e forragem.

- Florestas podem prover produtos e renda às comunidades locais que enfrentam ameaças.
- A polinização é um importante serviço ecossistêmico que pode ser melhorado com a recuperação de áreas com vegetação natural.

Exemplos de oportunidades de AbE

- Aumento da produtividade com redução concomitante do desmatamento, reabilitação de áreas degradadas e a geração de avanços na incorporação de novos modelos e paradigmas de produção agropecuária (PBMC, 2013).
- Aprimoramento das técnicas de agricultura e da utilização dos recursos naturais (AF.02).
- Adoção de técnicas de agricultura sustentável (AF.02; AF.03; AF.11; AF.12; AF.13; AF.15; AF.17; AF.21; AS.07, AN.02).
- Remoção de populações de áreas de risco (ex.: margens de rios, encostas) transformando-as em áreas protegidas ou de lazer, para que permaneçam permeáveis e inocupadas, promovendo serviços ambientais (RAO et al., 2012).
- Manutenção de banco de sementes para estudos referentes à adaptação das espécies cultivadas à mudança do clima.
- Uso de técnicas de controle natural de pragas agrícolas.
- Monitoramento dos impactos que as alterações climáticas possam provocar nas espécies.
- Diversificação de culturas, utilização de sistemas agroflorestais.

RECORTE 5: ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

Independente de quem é ou onde vive, o bem-estar do ser humano depende da forma como os ecossistemas funcionam. Estes fornecem ao homem uma série de

- Aprimoramento das práticas de gestão de ecossistemas (AF.03, AF.09).
- Criação de uma estratégia nacional para expansão de áreas protegidas (AF.16), com ampliação e consolidação do Sistema Nacional



RECORTE 5: ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

serviços, dos quais muitos apresentam um papel importante na regulação dos ambientes (garantia do fluxo hídrico, proteção contra enchentes, desastres naturais e eventos climáticos extremos). A biodiversidade tem um papel fundamental na produção dos serviços prestados pelos ecossistemas (HAINES-YOUNG; POTSCHIN, 2010).

Exemplos de oportunidades de AbE

de Áreas Protegidas.

- Manutenção de viveiros e bancos de semente visando futuras ações de adaptação dos ecossistemas às mudanças climáticas.
- Promover o controle de espécies exóticas, principalmente em áreas protegidas, já que as mudanças climáticas podem criar condições favoráveis para o estabelecimento de novas exóticas invasoras.
- Conservação da variabilidade genética das espécies a fim de facilitar a adaptação das populações às mudanças climáticas.
- Aumentar o valor de remanescentes florestais por meio de: desenvolvimento de turismo em áreas indígenas e outras áreas protegidas; proteção contra incêndios; inibição e monitoramento da caça e introdução/invasão de espécies exóticas (B.03).
- Elaboração de planos municipais de proteção e restauração de florestas.
- Pagamentos pelos serviços de provisão de água em determinadas localidades.

RECORTE 6: CIDADES

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Alguns servicos ecossistêmicos para ambientes urbanos que podem surgir por meio da aplicação de medidas de AbE são: redução do risco de desastres naturais, sequestro de carbono, segurança alimentar, água limpa, absorção de água e melhora no gerenciamento de água pluvial, purificação do ar e remoção de poluentes, proteção costeira, criação de habitats para espécies importantes (ex.: polinizadoras), regulação microclimática, redução do ruído e prevenção da erosão do solo.

Exemplos de oportunidades de AbE

- Reflorestamento e plantio de árvores para diminuição das ilhas de calor e redução do escoamento superficial da água (AF.05).
- Aumento das áreas verdes (o que pode incluir a criação de Unidades de Conservação Urbanas), telhados verdes, entre outros (AS.08).
- Aumento de áreas permeáveis, com políticas públicas de incentivo à manutenção e incremento das taxas de permeabilidade urbana.
- Lagos como bacias de contenção, parques lineares ao longo da margem de rios contribuem para o controle de enchentes, evitado ainda danos a estruturas físicas (residências, estabelecimentos comerciais, pontes, calçadas, entre outras).

RECORTE 7: TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

A manutenção da estabilidade de encostas, o amortecimento de efeitos nas infraestruturas

Exemplos de oportunidades de AbE

- Medidas de AbE estão diretamente associadas ao aumento de resiliência do sistema, uma vez que os diferentes modais de transporte



RECORTE 7: TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

litorâneas, a redução das variações climáticas e a manutenção de caudais hídricos estão diretamente relacionados à presença de vegetação natural.

dependem de condições mais estáveis do clima, como a amplitude de variação térmica, de velocidade do vento, e nível de precipitação e escoamento das águas.

- Recuperação/conservação de encostas próximas a rodovias.
- Recuperação da bacia hidrográfica para evitar assoreamento do canal dos portos.

RECORTE 8: ENERGIA

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

A cobertura florestal natural contribui para aspectos como: regulação climática e das vazões dos rios, retenção de erosão, tratamento da poluição, estabilidade de encostas, manutenção da biodiversidade, entre outros.

- A conservação e recuperação de áreas de vegetação natural é fundamental, principalmente para casos como o Brasil, onde mais de 70% da energia gerada provém de hidrelétricas.
- Nos casos de geração de energia hidroelétrica, é fundamental criar um programa de gestão da bacia hidrográfica, incluindo a construção de estruturas para controle da erosão, plantio de árvores e estabelecimento de comitês de gestão da bacia (AF.15).

RECORTE 9: INDÚSTRIA

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

Os serviços ecossistêmicos associados à manutenção da estabilidade de encostas, o amortecimento de efeitos nas infraestruturas, a redução das variações climáticas e a manutenção de caudais hídricos estão indiretamente relacionados ao funcionamento das atividades industriais.

- A aplicação de medidas de AbE para a indústria podem ocorrer por meio da integração do setor com outras medidas que indiretamente contribuam para o aumento da resiliência dos sistemas, das quais as atividades industriais são dependentes.
- Fomentar iniciativas como a Parceria Empresarial pelos Serviços Ecossistêmicos (PESE) - iniciativa entre as empresas e a sociedade civil para demonstrar os benefícios da gestão estratégica dos serviços ecossistêmicos para os negócios no Brasil.

RECORTE 10: SAÚDE

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

Os serviços ecossistêmicos provenientes da vegetação natural ou de alternativas com infraestrutura verde atuam direta e indiretamente sobre a saúde, por meio da regulação microclimática, ampliação da

Estratégias de AbE associadas à saúde devem ser pensadas de forma integral, levando em conta vários outros temas como a educação, o controle de vetores e pragas, a segurança alimentar, os tipos de fornecimento de energia, o acesso à água e ao tratamento de esgotos, a qualidade do ar, o transporte, entre outros.



RECORTE 10: SAÚDE

Exemplos de serviços ecossistêmicos fornecidos

Exemplos de oportunidades de AbE

capacidade de absorção das chuvas, retenção de solo e tratamento da poluição, estabilização de encostas, controle de pragas, biodiversidade, entre outros.

A opção pelas ações de adaptação baseada em ecossistemas demonstra a integração entre os diversos setores em busca de uma estratégia para adaptação às mudanças climáticas que se apropria dos ensinamentos da natureza para auxiliar as comunidades a enfrentarem as consequências das mudanças climáticas, com um menor custo e com benefícios adicionais, como a melhoria da qualidade de vida e a conservação da natureza.

6.2 Recomendações e conclusões

Para que estratégias de AbE sejam adotadas com sucesso em larga escala, os seguintes fatores são considerados essenciais: acessibilidade a financiamento adequado, parcerias público-privadas, pagamento por serviços ecossistêmicos, alinhamento entre os objetivos previstos em níveis local e nacional, colaboração efetiva entre os desenvolvedores de políticas, com comunidades locais e organizações de capacitação, além da vontade e apoio político. A inserção de AbE em um Plano Nacional é elemento essencial para o estímulo à adoção de AbE em todo o país (NAUMANN et al., 2013).

As recomendações apresentadas condensam o Estado da Arte trazido neste estudo e buscam oferecer caminhos práticos para a institucionalização do tema no Brasil. Em seguida, como os planos se caracterizam por definir diretrizes gerais de determinada política, as recomendações em AbE direcionadas ao Plano Nacional de Adaptação serão apresentadas por meio de recomendações de processo (forma) e recomendações políticas, que visam orientações mais detalhadas para implementação de iniciativas em AbE.

Diversos países, e até mesmo estados e cidades, já elaboraram seus Planos de Adaptação, considerando as vulnerabilidades locais e os potenciais de implantação de mudanças. O presente estudo buscou adaptar as recomendações de diversos planos de adaptação, considerando a diversidade biológica e cultural do Brasil, assim como seus aspectos políticos. Foram analisados também os documentos orientativos sobre Adaptação baseada em Ecossistemas, extraindo o



que seria aplicável ao Brasil. Seguem, de forma resumida na Tabela 6, as recomendações políticas e na Tabela 7 as recomendações de processo.

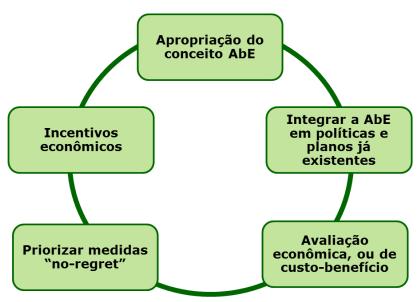


Figura 3 – Recomendações políticas para incluir AbE

Tabela 6 - Recomendações políticas para AbE aplicáveis ao Brasil

Recon	nendações políticas para AbE aplicáveis ao Brasil
Apropriação do conceito AbE	
	Divulgar o PNA para tomadores de decisão em diversas instâncias, nos setores público e privado e sociedade.
	A UNFCCC sugere que os Planos de Adaptação contemplem resumos informativos para serem encaminhados aos diferentes setores envolvidos, como, por exemplo, textos para a imprensa e público em geral e textos acompanhados de capacitações para os diferentes atores envolvidos na elaboração de políticas públicas nos diferentes níveis governamentais.
	Estimular que as agências de fomento (Capes, CNPq e Fundações Estaduais) incluam a estratégia de AbE em seus editais, especialmente contemplando avaliações custo-efetividade e custo-benefício. Sugere-se também editais de pesquisa com recursos (não reembolsáveis) como o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), a exemplo do edital Bio&Clima - Lagamar de apoio a projetos, da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.
Integrar a AbE em políticas e planos já existentes	Ações e projetos de AbE e serviços ecossistêmicos devem ser integrados às ações, planos, estratégias e políticas públicas entre os setores - especialmente os mais vulneráveis e os que se beneficiam de serviços ecossistêmicos. Destaque para o Sistema Nacional de Unidades de



	Conservação, Política Nacional de Recursos Hídricos, TEEB Brasil, Pagamento por Serviços Ambientais, Estatuto da Cidade, Zoneamento Ecológico-Econômico, planos diretores municipais, no sentido de definir prioridades de ações no uso e ocupação do solo associado às vulnerabilidades climáticas.
	Garantir apoio técnico e financeiro aos governos locais para ações em AbE. Esforços integrados combinando intervenções políticas de larga escala com soluções em pequena escala podem contribuir consideravelmente para uma maior efetividade dos esforços de adaptação às mudanças climáticas.
Avaliação econômica, ou de	Desenvolver ferramentas de avaliação econômica e modelagem para estratégias de AbE, para auxiliar no processo de tomada de decisão.
custo- benefício	Elaborar ou adaptar políticas públicas efetivas, com incentivos econômicos para a opção por AbE (como incentivos fiscais para empresas que adotem práticas de conservação e de recuperação ambiental, ou mecanismos de mercado, como Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos).
Priorizar medidas "no-regret"	Priorizar medidas de adaptação que gerem benefícios ambientais, econômicos e/ou sociais, independente das incertezas atreladas às previsões (princípio do não arrependimento)
Incentivos econômicos	Divulgar oportunidades de financiamento existentes, públicas ou privadas, nacionais e internacionais (Green Climate Fund, World Bank, IKI, GEF, entre outros).
	Revisão de legislação visando incentivos econômicos (ICMS Ecológico contemplando AbE, compensação ambiental voltada para ações de AbE, entre outros).
	Estimular a inclusão de AbE nos editais de agências de fomento à pesquisa, assim como em fundos governamentais.

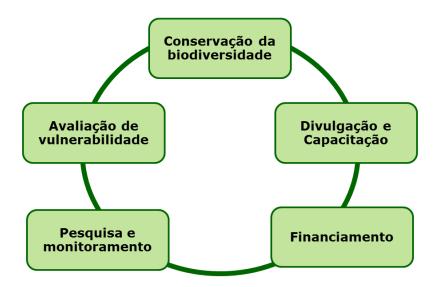


Figura 4 – Recomendações de processo para ações de AbE



Tabela 7 – Recomendações de processo para AbE aplicáveis ao Brasil

Posemendação	s de processe para ações de AhE aplicáveis ao Prasil
	s de processo para ações de AbE aplicáveis ao Brasil
Conservação	Priorizar ações de conservação ou recuperação de
da	ecossistemas.
biodiversidade	Ampliar a extensão de áreas protegidas permite um
	aumento da resiliência dos ecossistemas.
	Armazenar informações, bancos genéticos, Unidades de
	Conservação, entre outras estratégias que permitam
	ações de restauração do ecossistema, em caso de
	modificações de habitats.
Divulgação e	Divulgação e treinamentos aos governos locais (estados
Capacitação	e municípios) para a inserção das diretrizes do PNA nas
	políticas locais, ressaltando o potencial da AbE e
	avaliação custo-benefício.
	Criar canais de comunicação (fóruns, conselhos, etc.)
	e ambientes de divulgação e compartilhamento de
	experiências e casos de sucesso.
	Promover ações educativas e de capacitação
	relacionadas à AbE em comunidades, no setor público e
	em organizações privadas, mostrando os impactos das
	mudanças climáticas e o potencial de soluções de AbE,
	aliado ao custo/benefício.
Financiamento	Avaliação de custos de ação/omissão em todos os
	setores, buscando o financiamento adequado às ações
	planejadas, priorizando locais de maior vulnerabilidade.
	Avaliar como as medidas propostas impactam e
	interagem com políticas em outros setores.
	Financiamento de pesquisas de valoração ecossistêmica
	e análises custo-efetividade e custo-benefício. Tais
	análises podem servir como uma ferramenta de
	comunicação para promover e incentivar ações de AbE
	entre comunidades locais e responsáveis pela formulação
	de políticas públicas.
Pesquisa e	Promover estudos de valoração ecossistêmica,
monitoramento	desenvolver ferramentas de avaliação custo-benefício,
illollitorallielito	elaborar metas e indicadores adequados, estimulando o
	monitoramento e divulgação das ações implantadas.
	Consolidar estratégia de pesquisa e monitoramento da biodiversidade e desenvolvimento de cenários em nível
	detalhado para uma análise mais precisa das mudanças
	do clima.
	Estabelecer metas de adaptação e indicadores de
	' '
	resiliência para sistemas sociais e ecológicos, sob
Avaliação do	diferentes cenários de variabilidade e mudança climática.
Avaliação de	Elaborar mapas de vulnerabilidade das potenciais áreas
vulnerabilidade	de risco, com curvas de nível identificando a cota de
	vulnerabilidade em diferentes graus de probabilidade de
	risco, visando ações prioritárias nas áreas mais
	vulneráveis.
	Criar um banco de dados integrado de mapeamento
	(sistema de informação geográfica) de vulnerabilidades



às mudanças climáticas e avaliação dos serviços ecossistêmicos. Identificar sinergias de AbE com estratégias de planejamento e fomentar a integração com instituições, como CEMADEM (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). Em locais estratégicos, quando necessário, utilizar a combinação de opções de AbE e engenharia convencional, buscando a maior redução de risco possível, especialmente quando a relocação de estruturas localizadas em áreas de risco for inviável.

A adaptação às mudanças climáticas precisa ser incorporada em todos os âmbitos de planejamento, e a adaptação baseada em Ecossistemas é uma forma inteligente de unificar ações de adaptação às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade, com integração de ações e otimização de recursos, devendo ser, sempre que possível, priorizada nas diversas esferas de planejamento, governamental ou empresarial.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.; CÓRDOBA, R.; DAVE, R.; GIROT, P.; HERRERA F., B.; MUNROE, R.; OGLETHORPE, J.; PAABY, P.; PRAMOVA, E.; WATSON, J.; VERGARA, W. **Draft Principles and Guidelines for Integrating Ecosystem-Based Approaches to Adaptationin Project and Policy Design**: A Discussion Document. Turrialba, CR: CATIE, 2011. Disponível em: https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2011-063.pdf Acesso em 01 set 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6263.htm. Acesso em 05 fev 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em 05 fev 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm. Acesso em 05 fev 2015.

CAREW-REID, J. et al. Climate Change Adaptation and Mitigation (CAM) Methodology Brief. ICEM – International Centre for Environmental Management. Hanoi, Vietnam, 2011. Disponível em: http://www.icem.com.au/documents/climatechange/cam/CAM%20brief.pdf. Acesso em 14 set 2014.

CARPIVIA – Carpathian Integrated Assessment of Vulnerability to Climate Change and Ecosystem-Based Adaptation Measures. **CARPIVIA project**. CARPIVIA, 2015. Disponível em: http://www.carpivia.eu/. Acesso em 05 fev 2015.

COLLS, A.; ASH, N.; IKKALA, N. **Ecosystem-based Adaptation: a natural response to climate change**. Gland, Switzerland: IUCN, 2009.

DOUROJEANNI, P. **Ejercicio de elaboración de criterios para la selección de medidas de Adaptación basadas en Ecosistemas para en Nor Yauyos Cochas, Perú**. 2012. Documento de trabajo para discusión. Ecosystem-based Adaptation Community of Pratice Portal, 2012. Disponível em http://ebacommunity.com/en/knowledge-center/library/item/169-adaptacionbasada-en-ecosistemas-noryauyos/169-adaptacion-basada-enecosistemasnoryauyos. Acesso em 13 set 2014.

DOSWALD, N.; OSTI, M. Ecosystem-based approaches to adaptation and mitigation – good practice examples and



- **lessons learned in Europe**, 2011. Bundesamt für Naturschutz (BfN) Federal Agency for Nature Conservation. Disponível em: https://www.bfn.de/fileadmin/MDB/documents/service/Skript 306.pd f Acesso em 31 mar 2015.
- EBA A **Ecosystem-Based Adaptation Programme**. Home 2015. Disponível em: http://www.ebaflagship.org/index.php. Acesso em 23 jan 2015.
- EBA B **Ecosystem-Based Adaptation Community Practice Portal**. Disponível em: http://ebacommunity.com/en/. Acesso em 26 jan 2015.
- EMERTON, L.; BAIG, S.; SALEEM, M. Valuing Biodiversity: The Economic Case for Biodiversity Conservation in the Maldives (AEC Project). Ministry of Housing. Maldives: Transport and Environment Government of Maldives and UNDP, 2009.
- GARTNER, T.; MULLIGAN, J.; SCHMIDT, R.; GUNN, J. **Natural Infrastructure Investing in forested landscapes for sourcewater protection in the United States.** World Resources Institute WRI, 2013. ISBN 978-1-56973-813-9. Disponível em: http://www.wri.org/publication/natural-infrastructure Acesso: 13 mar 2015.
- GEF Global Environment Facility. **Operational Guidelines on Ecosystem-based Approaches to Adaptation** 2012. Disponível em: http://bit.ly/1AQPIC2. Acesso em 15 set 2014.
- GIROT, P.; EHRHART, C., OGLETHORPE, J. Integrating Community and Ecosystem-Based Approaches in Climate Change Adaptation Responses. Ecosystem & Livelihoods Adaptation Networks. 2014. Disponível em: http://cmsdata.iucn.org/downloads/a eba integratedapproach 15 0 4 12 0.pdf. Acesso em 03 fev 2015.
- HAINES-YOUNG, R.; POTSCHIN, M. The links between biodiversity, ecosystem services and human well-being. In: RAFFAELLI, D. & C. FRID (eds.): Ecosystem Ecology: a new synthesis. BES Ecological Reviews Series, CUP, Cambridge, 2010.
- ICLEI. Local Governments for Sustainability. **Ecosystem-based Adaptation: a Guiding Framework for decision making criteria**. ICLEI, s/d. Disponível em: http://www.durbanadaptationcharter.org/Content/Docs/Urban%20EB A%20Guiding%20Decision-Making%20Framework%202013.pdf. Acesso em 25 set 2014.



- IFRC International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. **Mangrove Planting Saves Lives and Money in Vietnam**. World Disasters Report Focus on Reducing Risk. IFRC, Geneva, 2002. Disponível em: http://www.ifrc.org/Global/Publications/disasters/WDR/32600WDR20 02.pdf. Acesso em 14 set 2014.
- IKI International Climate Initiative. **Ecosystem-based adaptation in marine, terrestrial and coastal regions**. IKI, 2013. Disponível em: <a href="http://www.international-climate-initiative.com/en/projects/projects/details/ecosystembased-adaptation-in-marine-terrestrial-and-coastal-regions-114/?b=4,4,30,0,1,0&kw=. Acesso em 05 fev 2015.
- IPCC Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2007: Synthesis Report.** Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Core Writing Team, Pachauri, R.K and Reisinger, A. (eds.). IPCC, Geneva, Switzerland, 2007.
- IPCC Intergovernmental Panel on Climate Change. **Summary for Policymakers**. In: Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, IPCC, Geneva, Switzerland 2013.
- IPCC Intergovernmental Panel on Climate Change. **Summary for Policymakers**. In: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, IPCC, Geneva, Switzerland, 2014.
- ISSA Instituto Salvia de Soluções Socioambientais. **Projeto ACLIMAR**. ISSA, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XwBZ9PyFgAs. Acesso em 05 fev 2015.
- IUCN International Union for Conservation of Nature. **Ecosystem based Adaptation (EbA)**. Policy brief to the fifth session of the UNFCCC *ad hoc* working group on long term cooperative action under the Convention. Bonn, 2009. Gland, Switzerland: IUCN, 2009.
- MMA MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Memória de Reunião do Grupo de Trabalho sobre Adaptação realizada em 4 de setembro de 2014.

 Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/GT Adaptacao 1 0a%20reu memo 04092014.pdf Acesso em 15 set 2014.



MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Nacional de Adaptação. Disponível em: http://www.mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao Acesso em 20 fev 2015.

MUNROE, R.; DOSWALD, N.; ROE, D.; REID, H.; GIULIANI, A.; CASTELLI, I. Framework for assessing the evidence for the effectiveness of Ecosystem-based approaches to adaptation. Birdlife, UNEP-WCMC, IIED, Cambridge, UK, 2011.

NAUMANN, S.; ANZALDUA, G., BERRY, P.; BURCH, S.; DAVIS, M. K.; FRELIH-LARSEN, A.; GERDES, H.; SANDERS, M. **Assessment of the potential of ecosystem-based approaches to climate change adaptation and mitigation in Europe**. Final Report to the European Commission, DG Environment, under Service Contract n. 070307/ 2010/580412/SER/B2, 2011, Ecologic Institute and Environmental Change Institute, Oxford Centre for the Environment. Disponível em: http://ec.europa.eu/environment/nature/climatechange/pdf/EbA_EB M_CC_FinalReport.pdf. Acesso em 12 set 2014.

NAUMANN, S.; DAVIS, M. K.; MUNANG, R.; ANDREWS, J.; THIAW, I.; ALVERSON, K.; MUMBA, M.; KAVAGI, L.; HAN, Z. **The social dimension of ecosystem-based adaptation.** UNEP Policy Series – Ecosystem management, 2013. Disponível em: http://www.unep.org/ecosystemmanagement/Portals/7/Documents/policy series 12-small Nov 2013.pdf Acesso em 23 fev 2015.

NOBRE, C. A. Mudanças climáticas e o Brasil – Contextualização. **Parcerias Estratégicas**, n. 27, Brasília, 2008.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Integração da adaptação às alterações climáticas cooperação desenvolvimento: na para 0 guia para desenvolvimento de políticas. 2011. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/ development/integracao-da-adaptacao-as-alteracoes-climaticas-nacooperacao-para-o-desenvolvimento 9789264110618-pt#page1 Acesso em 13 mar 2015.

OJEA, E. et al. The Costs of Ecosystem Adaptation: Methodology and Estimates for Indian Forests. BC3 Working Paper Series. 2009.

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. **Base científica das mudanças climáticas.** Contribuição do Grupo de Trabalho 1 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas [Ambrizzi, T., Araujo,



M. (eds.)]. COPPE, 2015. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 464 pp.

PÉREZ, A. A.; FERNANDEZ, B. H.; GATTI, R. C. (eds.) **Building Resilience to Climate Change**: Ecosystem-based adaptation and lessons from the field. n. 9. Gland, Switzerland: IUCN, 2010, 164pp. Disponível em: https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/CEM-009.pdf. Acesso em 09 set 2014.

PNMA PORTO SEGURO. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro 2014. Disponível em: http://www.pmma.etc.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=969&view=finish&cid=441&catid=7 Acesso em 24 mar 2015.

PRAMOVA, E.; LOCATELLI, B.; BROCKHAUS, M.; FOHLMEISTER, S. Ecosystem services in the National Adaptation Programmes of Action. **Climate Policy**, v. 12, 2012.

QUESNE, T. L., MATTHEWS. J. H.; HEYDEN, C. V. D.; WICKEL, A. J.; WILBY, R.; HARTMANN, J.; PEGRAM, G.; KISTIN, E.; BLATE, G.; FREITAS, G. K.; LEVINE, E.; GUTHRIE, C.; MCSWEENEY, C.; SINDORF, N. Flowing Forward: Fresh water ecosystem adaptation to climate change in water resource management and biodiversity conservation. WWF, World Bank and Water Partnership Program, 2010.

RAASAKKA, N. **Ecosystem-based adaptation approaches.** UNEP, 2013. Disponível em: http://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/unep_leg_workshop.pdf. Acesso em 23 jan 2015.

RAO, N.S.; CARRUTHERS, T.J.B.; ANDERSON, P.; SIVO, L.; SAXBY, T.; DURBIN, T.; JUNGBLUT, V.; HILLS, T.; CHAPE, S.A comparative analysis of ecosystem-based adaptation and engineering options for Lami Town, Fiji. A synthesis report by the Secretariat of the Pacific Regional Environment Programme.2012. Disponível

http://www.sprep.org/attachments/Publications/Lami Town EbA Synthesis.pdf Acesso 06 mar 2015.

REGATTA – Regional Gateway for Technology Transfer and Climate Change Action in Latin America and the Caribbean. 2015. Home. Disponível em: http://www.cambioclimatico-regatta.org/index.php/en. Acesso em 23 jan 2015.

RIZVI, A.R. Nature Based Solutions for Human Resilience: A Mapping Analysis of IUCN's Ecosystem Based Adaptation



Projects. IUCN, 2014.

SAE - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Adaptação à mudança do clima: o quadro das negociações internacionais**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2014.

TEEB. **The Economics of Ecosystems and Biodiversity**: Mainstreaming the Economics of Nature: A synthesis of the approach, conclusions and recommendations of TEEB, 2010.

TNC – The Nature Conservancy. **Designing a resilient network of marine protected areas in Kimbe Bay, west New Britain, Papua New Guinea**. TNC Pacific Island Countries Report n. 11/04, 2004. Disponível em: http://www.reefresilience.org/pdf/Kimbe MPA Scientific Workshop-Report.pdf Acesso em 04 fev 2015.

TNC – The Nature Conservancy. **Ecosystem-Based Adaptation: Bridging Science and Real-World Decision-making.** Second International Workshop on Biodiversity and climate Change in China. Anne Wallach Thomas, Global Climate Change Adaptation Program, 2011.

TNC – The Nature Conservancy; WWF – World Wildlife Fund. **Análise de Risco Ecológico da Bacia do Rio Paraguai**. TNC e WWF, 2012. Análise de Risco Ecológico da Bacia do Rio Paraguai. Disponível em: http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/26jan12 tnc wwf a nalise de risco portugues.pdf Acesso em 05 fev 2015.

TRAVERS, A.; ELRICK, C.; KAY, R.; VESTERGAARD, O. **Ecosystem-based adaptation guidance**: Moving from principles to practice – Working Document. UNEP, 2012. Disponível em: http://www.unep.org/climatechange/adaptation/Portals/133/documents/Ecosystem-

Based%20Adaptation/Decision%20Support%20Framework/EBA%20G uidance_WORKING%20DOCUMENT%2030032012.pdf. Acesso em 5 set 2014.

VIOLA, E. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **RBCS**, v. 17, n. 50, 2002.

UK NEA – United Kingdom National Ecosystem Assessment. Disponível em: http://uknea.unep-wcmc.org/ Acesso em 20 fev 2015.

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change. **Report of the Conference of the Parties on its Seventh Session**, held at Marrakesh from 29 October to 10 November 2001. Part One:



Proceedings, United Nations Framework Convention on Climate Change, Bonn, 2002. Disponível em http://unfccc.int/resource/docs/cop7/13.pdf Acesso em 20 out 2014.

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change. **National Adaptation Plans Technical guidelines for the national adaptation plan process.** LDC Expert Group, 2012. Disponível em: http://unfccc.int/files/adaptation/cancun adaptation framework/application/pdf/naptechguidelines_eng_high_res.pdf Acesso em 26 fev 2015.

UNFCCC (a) - United Nations Framework Convention on Climate Change. **Integrated national adaptation plan - Colombia highland ecosystems**. UNFCCC, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/8eba.pdf Acesso em 04 fev 2015.

UNFCCC (b) - United Nations Framework Convention on Climate Change. **TONLE SAP**. UNFCCC, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/37eba.pdf Acesso em 04 fev 2015.

UNFCCC (c) - United Nations Framework Convention on Climate Change. **Coping with drought and climate change in the Chiredzi District**. UNFCCC, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/7eba.pdf Acesso em 04 fev 2015.

UNIÃO EUROPEIA. Commission of the European Communities. (*White paper on*) Adapting to climate change: towards a European framework for action, Brussels, 2009. Disponível em http://www.preventionweb.net/english/professional/publications/v.ph p?id=11160&utm source=pw search&utm medium=search&utm campaign=search Acesso 09 set 2014.

UNIÃO EUROPEIA. **Guidelines on developing adaptation strategies.** Commission Staff Working Document, 2013. Disponível em:

http://ec.europa.eu/clima/policies/adaptation/what/docs/swd 2013 134 en.pdf Acesso em 09 set 2014.

WEADAPT. **Adaptation planning, research and practice.** Disponível em: https://weadapt.org/ Acesso em 23 jan 2015.

WETLANDS. **Building with Nature Indonesia - reaching scale for coastal resilience.** WETLANDS International, 2015. Disponível em: http://www.wetlands.org/Portals/0/publications/Brochure/WI brochure%20Building%20with%20Nature%20Indonesia web.pdf Acesso em 04 fev 2015.



WORLD BANK. Convenient Solutions to an Inconvenient Truth: Ecosystem-based Approaches to Climate Change. Jun. 2009. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/ENVIRONMENT/Resources/ESW E cosystemBasedApp.pdf Acesso em 07 set 2014.

WWF – World Wildlife Fund. **Strengthening Community and Ecosystem Resilience against Climate Change Impacts**. Developing a Framework for Ecosystem-based Adaptation in the Greater Mekong Sub-Region. 2013. Disponível em: http://awsassets.panda.org/downloads/wwf wb eba project 2014 li terature review.pdf Acesso em 13 set 2014.



ANEXOS



BRASIL

DDOLETO	PAÍS OU	FCOCCICTENAA	ODJETIVO		1 - 2 d - 1 b F	LINIZ
PROJETO		ECOSSISTEMA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES	Ações de AbE	LINK
	REGIÃO					
B.01 Ecosystem-based	Brasil,	Zona costeira,	Fornecer exemplos de	Brasil: Ministério do Meio	Realização de análises de	http://www.internat
adaptation in marine,	Filipinas e	recifes de corais,	como as medidas de	Ambiente- MMA, Instituto	vulnerabilidade;	<u>ional-climate-</u>
terrestrial and coastal	África do	florestas	adaptação baseadas	Nacional de Pesquisas Espaciais-	identificação de áreas de	initiative.com/en/pr
regions (AbE em regiões	Sul		em diferentes	INPE; Filipinas: Órgãos	intervenção; realização	ojects/projects/detai
marinhas, terrestres e			ecossistemas, podem	administrativos (florestal, gestão	de treinamentos em	<u>ls/ecosystembased-</u>
costeiras) Incluem dois sub-			ser desenhadas e	costeira, água, indústria,	assuntos relacionados à	adaptation-in-
projetos: 1. Aumento da			implementadas.	mudanças climáticas), governos	ABE.	marine-terrestrial-
resiliência dos recifes de				locais; comunidades; África do Sul:		and-coastal-regions-
coral para promover				Climate Action Partnership-CAP		114/?b=4,4,30,0,1,0
proteção da zona costeira da				(Parceria em ação climática), South		<u>&kw=</u>
Bahia e 2. Incluir a				African National Biodiversity		
adaptação às mudanças				Institute-SANBI (Instituto Sul		
climáticas ao plano				Africano de Biodiversidade)		
municipal de conservação e						
restauração da Floresta						
Atlântica em Porto Seguro						
B.02 Biodiversity and climate	Rio de	Mata Atlântica	Conservação da	Ministério do Meio Ambiente	Proteção de áreas;	http://www.internat
change in the Mata	Janeiro,		diversidade biológica,	(MMA), Instituto Chico Mendes de	formação de mosaicos de	ional-climate-
Atlantica, Brazil	Bahia, São		redução da emissão	Conservação da Biodiversidade	áreas protegidas;	initiative.com/en/pr
(Biodiversidade e mudanças	Paulo e Par		de gases de efeito	(ICMBio), Pacto pela Restauração	capacitação de órgãos	ojects/projects/detai
climáticas na Mata Atlântica,	aná		estufa e adaptação às	da Mata Atlântica, Secretaria de	ambientais para a	ls/biodiversity-and-
Brasil)	(Mosaico		mudanças climáticas	Biodiversidade e Florestas (SBF),	restauração de áreas	<u>climate-change-in-</u>
	Central		na Mata Atlântica.	Secretaria de Extrativismo e	degradadas;	the-mata-atlantica-
	Fluminense			Desenvolvimento Rural	desenvolvimento de	<u>brazil-</u>
	, Mosaico			Sustentável (SEDR), Secretaria de	cenários que incluem as	363/?b=4,4,30,0,1,0
	Extremo Sul			Mudanças Climáticas e Qualidade	mudanças climáticas e	<u>&kw=</u>
	da Bahia e			Ambiental (SMCQ)	seus impactos; análises	
	Mosaico				de vulnerabilidade.	
	Lagamar).					
	<u> </u>					

B.03 Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro - Bahia	Bahia	Mata Atlântica	Instrumento norteador das diretrizes ambientais para a gestão municipal, visando integrarprojetos e ações em consonância com as leis e códigos ambientais vigentes	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Porto Seguro; Conservação Internacional; GAMBA; Movimento de Defesa de Porto Seguro; SOS Mata Atlântica	Monitoramento dos recifes; diminuição de lançamento de poluentes e esgoto no mar; áreas de exclusão de pesca; monitoramento e manejo da pesca; capacitação de pescadores sobre mudanças climáticas; monitoramento da água subterrânea em áreas sensíveis; desenvolvimento de turismo em áreas protegidas; proteção contra incêndios; inibição e monitoramento da caça e introdução/invasão de espécies exóticas.	http://www.pmma.e tc.br/index.php?opti on=com_jdownloads &Itemid=969&view= finish&cid=441&cati d=7
B.04 Increasing the resilience of the Amazon Biome (Aumentando a resiliência do Bioma Amazônia)	Norte do Brasil, Colômbia, Equador, Peru	Amazônia	Tornar o sistema de áreas protegidas um elemento integral das estratégias de mudanças climáticas no Bioma Amazônia	RedParques (Rede Latinoamericana de áreas protegidas); Brasil: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Equador: Ministério do Meio Ambiente, Diretório Nacional de Biodiversidade; Colômbia: Autoridade de Parques Nacionais; Perú: Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas-SERNANP	Análises regionais de vulnerabilidade de ecossistemas às mudanças climáticas e do papel dos ecossistemas na adaptação; levantamento de dados para subsidiar políticas públicas e processos de tomada de decisão; integração de medidas de adaptação às mudanças climáticas em planos de manejo de áreas protegidas.	http://www.internat ional-climate- initiative.com/en/pr ojects/projects/detai ls/increasing-the- resilience-of-the- amazon-biome- 366/?b=4,4,30,0,1,0 &kw=

B. 05 Projeto Mata Branca	Bahia e Ceará	Caatinga	Contribuir para a preservação, conservação e manejo sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga.	Secretaria do Meio Ambiente (Sema); Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir); Fundação Luís Eduardo Magalhães-Flem; Conselho Cearense de Política e Gestão do Meio Ambiente (Conpam).	Apoio a instituições e políticas públicas para gestão integrada do ecossistema; subprojetos demonstrativos para promoção de práticas de gestão integrada do ecossistema.	http://www.meioam biente.ba.gov.br/con teudo.aspx?s=BIOM ATAB&p=BIODIVER
B.06 Análise de Risco Ecológicoda Bacia do Rio Paraguai	Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai	Ecossistemas da Bacia do rio Paraguai	Avaliar a vulnerabilidade da Bacia frente às mudanças climáticas e análise dos riscos que poderão ser intensificados no futuro.	Fundo Mundial para a Natureza- WWF	Estudos de vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas; recuperação de nascentes e combate à erosão; ordenamento territoral em regiões de grande contribuição hídrica.	http://d3nehc6yl9qz o4.cloudfront.net/do wnloads/26jan12 tn c_wwf_analise_de_ri sco_portugues.pdf
B.07 Projeto Aclimar	Brasil - Microbacia do Urubu (DF)	Cerrado	Desenhar tecnologias que ajudem as comunidades e os ecossistemas da Microbacia do Urubu (DF) a se adaptarem melhor aos efeitos das mudanças climáticas.	Instituto HSBC Solidariedade; Movimento Salve o Urubu; Instituto Oca do Sol; Universidade Católica de Brasília e WWF Brasil.	Conservação de nascentes; manutenção de corredores ecológicos formados pelas matas ciliares; implementação de medidas de adaptação para comunidades e ecossistemas.	https://www.youtub e.com/watch?v=XwB Z9PyFgAs

B.08 Projeto Valorização do mangue em pé na Rota das Emoções	Divisa entre os estados do Ceará e Piauí	Mangue	Envolver as comunidades na valorização do mangue, ampliar a capacidade de resiliência tanto das famílias como do bioma, que apresenta alta relevância para a capacidade de adaptação das comunidades litorâneas às mudanças climáticas.	CARE Brasil; Projeto Peixe Boi; Embrapa; Universidade Federal do Piauí; Instituto Floravida; organizações comunitárias.	Controle do desmatamento e das queimadas; ações de educação ambiental; preservação da biodiversidade	http://www.coepbra sil.org.br/projetosde adaptacao/publico/v isualizarProjeto.aspx ?ID=3f4b08b6-0ed3- 4766-97e8- 676b7fdbd2d9
B.09 Movimento pelas águas do rio Cabaçal (subprojeto do B.07)	Mato Grosso - Bacia do Alto Paraguai	Pantanal	Conservação e recuperação de nascentes do Pantanal.	WWF - Brasil – Programa Educação para Sociedades Sustentáveis (PESS); Programa Cerrado- Pantanal e Programa Água para a Vida; Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT).	Capacitação de comunidades para prevenir/ conter processos erosivos; manutenção e recuperação da cobertura vegetal em nascentes; contenção do processo erosivo para iniciar processo de restauração.	http://d3nehc6yl9qz o4.cloudfront.net/do wnloads/publicacao cabacal web.pdf
B.10 Pacto em defesa das cabeceiras do Pantanal	Mato Grosso	Pantanal	Implementar os programas para garantir água em quantidade, qualidade e regularidade para a atual e as futuras gerações e o funcionamento do ecossistema pantaneiro.	-	Recomposição de florestas ciliares; recuperação e/ou conservação de áreas de drenagens e cabeceiras; mobilização da sociedade para elaborar políticas públicas em defesa das cabeceiras do Pantanal.	http://pactoemdefes adopantanal.blogspo t.com.br/p/entenda- o-pacto.html

B.11 Projeto Cerrado Sustentável	Mato Grosso - Bacia hidrográfica do Paraguai	Cerrado	Propiciar mecanismos de conservação da biodiversidade compatíveis com o desenvolvimento agropecuário da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai.	Federação da Agricultura Pecuária do Mato Grosso - Famato; The Nature Conservancy-TNC; e a Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT)	Recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e regularização das reservas legais; elaboração de manual técnico para restauração de florestas ciliares e reserva legal.	http://www.agronoti ciasmt.com.br/notici as/projeto-cerrado- sustentavel-ja- apresenta- resultados-em-mato- grosso.html
B.12 Recuperação da Mata Ciliar do Rio Cachoeira como Medida de Controle de Inundações no Município de Itabuna, Litoral, Sul da Bahia	Bahia	Mata Atlântica	Recuperação da mata ciliar às margens do Rio Cachoeira e seus afluentes para favorecer a restauração de serviços ecossistêmicos e minimizar os efeitos das chuvas à população local. Envolve mapeamento das áreas e capacitação.	Prefeitura de Itabuna; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (Seagrima)	Diagnóstico local com mapeamento e georreferenciamento das áreas; cursos de capacitação de agentes ambientais e de sensibilização da comunidade; reflorestamento das florestas ciliares do Rio Cachoeira e das nascentes.	http://prefeituradeit abuna.com.br/2015/ noticias/21- agricultura-e-meio- ambiente/1977- projeto-de- reflorestamento- das-margens-do- cachoeira-ganha- destaque- nacional.html

AMÉRICA LATINA E CENTRAL

PROJETO	PAÍS OU REGIÃO	ECOSSISTEMA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES	Ações de AbE	LINK
ALC.01 EbA for smallholder subsistence and coffee farming communities in Central America (AbE para agricultores familiares e pequenos produtores rurais de café em comunidades na América Central)	Honduras, Guatemala , Costa Rica	Agrícola	Auxiliar pequenos agricultores na adaptação às mudanças climáticas por meio da identificação e teste de estratégias de AbE. Construir capacidade locais para dar suporte à implementação dessas estratégias nas pequenas propriedades rurais.	Conservation International (Conservação Internacional); Tropical Agriculture Research and Higher Education Center- CATIE (Centro Superior de Educação em Pesquisa e Agriultura Tropical)	Identificar as comunidades rurais, ecossistemas e serviços ecossistêmicos mais vulneráveis às mudanças climáticas; identificar organizações que possam promover ações de AbE no local de estudo; incorporar ações de AbE em estratégias regionais e nacionais de adaptação às mudanças climáticas.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/eba_cof fee farming.pdf
ALC.02 Enhancing adaptive capacity in semi-arid mountainous regions, Bolivia (Aumentando a capacidade adaptativa nas regiões semi-áridas e montanhosas da Bolívia)	Bolívia	Montanhas	Melhorar a compreensão da vulnerabilidade e capacidade adaptativa de comunidades locais em regiões montanhosas semi- áridas da Bolívia consideradas suscetíveis às mudanças climáticas.	The Netherlands Climate Assistance Programme-NCAP (Programa Holandês de Assistência ao Clima)	Conscientizar as comunidades em relação às mudanças climáticas (tendências e impactos); mudança para cultivos mais apropriados.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/4eba.pd <u>f</u>
ALC.03 The CEIBA-PILARES project (Projeto CEIBA- PILARES)	Equador e Peru	Florestas	Manejo sustentável da floresta para que esta continue a prover os serviços essenciais, incluindo a proteção de comunidades contra erosões e enchentes.	Nature and Culture International-NCI (Natureza e Cultura Internacional)	Manejo participativo de 25.000 ha de floresta; criação de políticas de zoneamento para regulação do uso da floresta; recuperação de áreas; diversificação da agricultura.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/6eba.pd <u>f</u>

ALC.04 Integrated National Adaptation Plan-Colombia highland ecosystems (Plano integrado de adaptação nacional-Ecossistemas montanos da Colômbia)	Colômbia	Montanhas e águas interiores	Garantir o fornecimento contínuo de serviços ecossistêmicos vitais, incluindo a regulação do fluxo hídrico, que são essenciais para a população local.	Fundo Global para o Meio Ambiente-GEF; Banco Mundial; Conservação Internacional-Cl	Restauração de áreas; desenvolvimento de protocolos de germinação de espécies florestais nativas em conjunto com a comunidade; desenvolvimento de guias para uso do solo e planejamento.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/8eba.pd <u>f</u>
ALC.05 Drought-resistant agriculture in El-Salvador (Agricultura resistente à seca em El-Salvador)	El-Salvador	Agrícola	Aumentar a resiliência de produtores rurais aos efeitos das mudanças climáticas.	Cruz vermelha; Programa Mundial de Alimentos	Implementação de técnicas de conservação de solo e outras técnicas de produção agrícola sustentável; diversificação de culturas; reflorestamento com frutíferas.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/10eba.p df
ALC.06 Integrating agro- forestry practices in the farming system in Grenada (Integração de práticas agroflorestais em sistemas agrícolas em Grenada)	Grenada	Agrícola, montanhas	Integração de práticas agroflorestais para auxiliar comunidades a adaptar-se às enchentes e tempestades ocasionadas pelas mudanças climáticas.	Governo de Grenada e Ministério de Agricultura	Incorporação de árvores em áreas de cultivo agrícola; instalação de curvas de nível.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/14eba.p df
ALC.07 Using the Maya Nut Tree to increase tropical agroecosystem resilience to climate change in Central America and Mexico (Utilizando a nogueira Maya para aumentar a resiliência do agroecossistema tropical às mudanças climáticas na América Central e no México)	Nicarágua, Guatemala , El Salvador, México	Florestas, agrícola	Uso da nogueira para aumentar a resiliência às mudanças climáticas (espécie contribui para a segurança alimentar, principalmente em tempos de seca e períodos muito úmidos provocados por tempestades ou furacões, raízes contribuem para a conservação do solo).	<i>Maya Nut Institute</i> (Instituto Maya Nut)	Desenvolvimento de guias de técnicos de colheita da nogueira para garantir a sustentabilidade do recurso; treinamentos relacionados às formas de utilização e manejo da espécie; enriquecimento de florestas com a nogueira.	http://infoagro.net/ archivos_Infoagro/ Regatta/biblioteca/ EN_maya_nut_0.pd f

ALC.08 Orito Ingi Ande Medicinal Plants Sanctuary (Santuário de plantas medicinais Orito Ingi Ande)	Colômbia	Floresta	Aumento capacidade, desenho e medidas políticas, implementação de medidas em AbE	Governo da Colombia; Comunidades locais	Estabelecimento de área protegida que auxilia a manter a integridade dos ecossistemas da Amazônia Andina, que provê diversos serviços essenciais - incluindo água potável.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/27eba.p df
ALC.09 Climate Change Governance Capacity: Building Regionally and Nationally Tailored Ecosystem-Based Adaptation in Mesoamerica (Capacitação em governança relacionada à mudanças climáticas: construindo a Adaptação baseada em Ecossistemas na Mesoamérica em nível regional e nacional)	México, El Salvador, Costa Rica, Panamá	Marinho, costeiro, águas interiores, agrícola	Desenvolver boa governança e capacitação local para adaptação às mudanças climáticas por meio de pesquisa aplicada, aumento da conscientização, participação comunitária, e replicação de modelos efetivos de gestão integrada da água.	Federal Environment Ministry of Germany; International Union for Conservation of Nature-IUCN (Ministério de Meio Ambiente da Alemanha; União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais-IUCN)	Conscientização de comunidades sobre benefícios da conservação e uso sustentável dos mangues, e sua relevância na adaptação às mudanças climáticas; restauração de áreas de mangue; agricultura orgânica, sistemas agrícolas integrados, espécies endêmicas/ locais e medicina tradicional como estratégias de redução da vulnerabilidade às mudanças climáticas.	https://cmsdata.iuc n.org/downloads/e cosystem based a daptation_english baja_1.pdf
ALC.10 EcoADAPT - Ecosystem-based strategies and innovations in water governance networks for adaptation to climate change in Latin American landscapes (Estratégias de AbE e inovação em redes de governança da água para adaptação às mudanças climáticas na América Latina)	Argentina, Bolívia e Chile	Floresta	Fortalecer a capacidade adaptativa de regiões na América Latina, auxiliar no desenvolvimento de estratégias de adaptação baseadas em ecossistemas combinando ações como: análise de cenários, troca de experiências, manejo de bacias hidrográficas.	EcoAdapt	Planejamento e manejo de bacias hidrográficas com lentes climáticas, análise de vulnerabilidades.	http://cordis.europ a.eu/project/rcn/10 0411 en.html

ALC.11 Mountain Ecosystem-Based Adaptation Project (Projeto de Adaptação baseada em Ecossistemas Montanos)	Peru - Reserva de Nor Yauyos Cochas	Montano	Fortalecer a capacidade do país na identificação e implementação de medidas de Adaptação baseada em Ecossistemas visando a redução da vulnerabilidade de comunidades locais que habitam os ecossistemas montanos às mudanças climáticas.	UNEP; UNDP; IUCN; Ministério de Meio Ambiente do Peru; Serviço Nacional de Áreas Protegidas; Ministério de Economia e Finanças do Peru.	Manejo da Vicunha para produção de fibra animal; manejo sustentável comunitário de pastagens nativas e da água; restauração de pastagens.	http://www.pnuma .org/eba/Brochure EN VF.pdf
ALC.12 Joint Programme for Integration of Ecosystems and Adaptation to Climate Change in the Colombian Mountains (Programa conjunto para integração de ecossistemas e adaptação às mudanças climáticas nas montanhas colombianas)	Colômbia	Montano	Proteção dos serviços ecossistêmicos na porção superior da bacia hidrográfica do Rio Cauca para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e alcançar os objetivos do Milênio.	-	Atividades de mitigação e de adaptação para a proteção de serviços ecossistêmicos.	http://www.cifor.or g/publications/pdf files/infobrief/3273 -infobrief.pdf
ALC.13 Adaptation for Smallholders to Climate Change - AdapCC (Adaptação às mudanças climáticas para pequenos produtores rurais)	Peru	Agricultura	Suporte a produtores de café e chá em estratégias de desenvolvimento para lidar com os riscos e impactos das mudanças climáticas.	GIZ; Cafédirect.	Recuperação de áreas degradadas; sombreamento de cultivos com árvores nativas; entre outras atividades de adaptação baseada em ecossistemas.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/cafe dir ect.pdf
ALC.14 Bolivia's National Climate Change Adaptation Mechanism (Mecanismo de adaptação nacional às mudanças climáticas - Bolívia)	Bolívia	Chaco, planícies, montano	Reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas em diferentes setores e planejar um programa de adaptação por setor.	-	Estudos hidrológicos para identificar áreas de recarga; desenvolvimento de políticas para gestão sustentável da água; corredores biológicos; conservação de ecossistemas endêmicos.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/sbst a_agenda_item_ad aptation/applicatio n/pdf/bolivia_rome _poster.pdf

ALC.15 <i>Reduction of</i>	Cuba	Costeiro	Reduzir a	Adaptation Fund (Fundo de	Restauração de cinturões	http://www.undp-
vulnerability to coastal			vulnerabilidade de	Adaptação), UNDP	de mangue;	alm.org/projects/af
flooding through			comunidades em áreas		eliminação/controle de	<u>-cuba</u>
ecosystem-based			costeiras das		espécies exóticas	
adaptation in the south of			províncias Artemisa e		invasoras; integração de	
Artemisa and Mayabeque			Mayabeque a		medidas de adaptação	
provinces (Redução da			mudanças climáticas		baseada em ecossistemas	
vulnerabilidade à enchentes			relacionadas à erosão		ao planejamento das	
em áreas costeiras por meio			costeira, enchentes e		zonas costeiras e	
da adaptação baseada em			intrusão de água		atividades dos setores	
ecossistemas no sul das			salgada em corpos de		produtivos; criação de	
províncias Artemisa e			água doce.		ambiente propício para	
Mayabeque)					investimento em AbE	
					(disponibilização de	
					informações de custo-	
					benefício de AbE;	
					fortalecimento de	
					instituições	
					governamentais, etc).	

AMÉRICA DO NORTE

PROJETO	PAÍS OU REGIÃO	ECOSSISTEMA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES	Ações de AbE	LINK
AN1. Edmonton's urban forest management plan (UFMP) (Plano de Manejo da Floresta Urbana de Edmonton)	Canadá	Urbano, florestas e bosques.	Criar uma floresta urbana sustentável, para auxiliar as pessoas na adaptação às mudanças climáticas.	Prefeitura de Edmonton	Inventário da floresta urbana; desenvolvimento de estratégias de reposição de árvores; revisão das estratégias de plantio existentes; criação de planos para manejo de desastres; desenvolvimento de plano de controle de doenças; desenvolvimento de parcerias e ações educativas.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/9eba.pd <u>f</u>
AN2. Agriculture in the lower flint river basin, Georgia, USA (Agricultura na bacia inferior do rio Flint, Geórgia, EUA)	EUA	Agricultura	Reduzir a vulnerabilidade do ecossistema agrícola à seca e a eventos extremos de precipitação.	The Nature Conservancy-TNC	Práticas inovadoras de conservação dos recursos hídricos para aumentar a produtividade/economia de água; técnicas de rotação de culturas, inserção de plantas específicas para melhoramento do solo; cobertura do solo com restos vegetais, aumentando a retenção de água no solo.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/12eba.p df
AN3. New Orleans: Preserving the wetlands to increase climate change resilience (Nova Orleans: Preservar as zonas úmidas para aumentar a resiliência às mudanças climáticas)	EUA	Águas interiores, ecossistema marinho e costeiro	Aumento da resiliência contra a elevação do nível do mar, furacões e enchentes.	Governo de Nova Orleans	Proteção e restauração de zonas úmidas.	https://unfccc.int/fi les/adaptation/appl ication/pdf/24eba.p df

AN4. Building Interactive Decision Support to Meet Management Objectives for Coastal Conservation and Hazard Mitigation on Long Island, New York (Costruindo um processo de tomada de decisão interativo que vá de encontro aos objetivos de manejo de conservação da costa e mitigação de impactos em Long Island, Nova Iorque)	EUA	Costeiro	Construir uma plataforma de informações para dar suporte ao processo de tomada de decisão local e à implementação de medidas de AbE.	Consortium for Climate Risk in the Urban Northeast - CCRUN (Consórcio para risco climático na área úrbana nordeste de Nova Iorque)	Construção de um banco de dados para tomada de decisão, integrando conservação e redução dos riscos costeiros; construção de um website sobre AbE; identificação de alternativas viáveis para reduzir perdas e vulnerabilidade das comunidades e ecossistemas costeiros.	http://ccrun.org/no de/1904
AN5. Parque Nacional <i>Gwaii</i> <i>Haanas</i> e Patrimônio da Humanidade <i>Haida</i>	Canadá	Águas interiores	Restauração da integridade ecológica do parque para garantir o reestabelecimento e a autosuficiência das populações de salmão, fonte de alimentação e recursos.	Parque Nacional <i>Gwaii Haanas</i> e Patrimônio da Humanidade <i>Haida</i>	Restauração de rios degradados e florestas ciliares adjacentes.	http://www.parks- parcs.ca/english/CP C%20Climate%20Ch ange%20Report%20 FINAL%20engLR.pdf
AN6. Sudbury consortium on climate change (Consórcio de Sudburry para mudanças climáticas)	Canadá	Águas interiores	Garantir que a cidade de Sudburry tenha condições a se adaptar às mudanças climáticas.	Cidade de Sudburry	Avaliação de impactos e da vulnerabilidade e determinação de estratégias de adaptação, como proteção dos lagos e educação ambiental para proteção dos recursos hídricos.	http://www.sudbur yclimateaction.ca/e n/

ÁFRICA

PROJETO	PAÍS OU REGIÃO	ECOSSISTEMA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES	Ações de AbE	LINK
AF1. Using Ecosystem-Based adaptation actions to tackle food insecurity (Utilizando ações de Adaptação baseada em Ecossistemas para combater a insegurança alimentar)	Moçambiq ue	Costeiro	Utilizar ações de AbE para tornar as comunidades locais resilientes às mudanças climáticas e para garantir a recuperação e uso sustentável do ecossistema de mangue.	UNEP; Centre for Sustainable Development of Coastal Zones - CDS ZS (Centro para Desenvolvimento Sustentável de Zonas Costeiras)	Piscicultura, cultura de caranguejos e restauração do mangue.	http://www.seach angecop.org/sites/ default/files/docu ments/2013%200 1%20Using%20Eco system- Based%20Adaptati on%20Actions%20 to%20Tackle%20F ood%20Insecurity. pdf
AF2. Adapting to Climate Change through Increased Water and Nutrient Use Efficiency for Increased Crop Productivity and Environmental Health (Adaptação às mudanças climáticas mediante maior eficiência no uso da água e de nutrientes para aumento da produtividade de culturas e da qualidade da saúde ambiental)	Uganda	Área rural	Promover aumento da segurança alimentar por meio de maior eficiência na utilização da água e de nutrientes.	National Agricultural Research Laboratory (NARL); Climate Change Adaptation and Development (CC DARE) (Laboratório Nacional de Pesquisa em Agricultura-NARL; Mudanças climáticas: adaptação e desenvolvimento-CC DARE)	Aprimoramento de técnicas de agricultura sustentável e de utilização dos recursos naturais; conservação do solo e da água; utilização de leguminosas para fixação de nitrogênio, rotação de culturas.	http://www.mdpi. com/2071- 1050/3/9/1510
AF3. Ethiopia's National Adaptation Programme of Action (Programa de Ação Nacional de Adaptação da Etiópia)	Etiópia	Vários	Plano que reúne diversas ações de Adaptação baseada em Ecossistemas para a Etiópia.	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas-UNDP, Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF	Aprimoramento das práticas de gestão de pastagens naturais; gestão e uso sustentável das zonas úmidas; programa de capacitação para adaptação às mudanças climáticas; sequestro de carbono e promoção de práticas de silvicultura e agrofloresta.	http://unfccc.int/r esource/docs/nap a/eth01.pdf

AF4. Pangani River Basin Management Project (Projeto de Manejo da Bacia Hidrográfica do Rio Pangani)	Tanzânia	-	Aprimorar a gestão da água.	Pangani Basin Water Board (Conselho da Bacia Hidrográfica Pangani); IUCN; Netherlands Development Organization - SNV (Organização Holandesa para Desenvolvimento); ONG PAMOJA; Governo da Tanzânia; Comissão Europeia; UNDP.	Aprimoramento da gestão dos recursos hídricos; Consulta a múltiplos atores para melhorar a gestão e implementar sistemas racionais de alocação da água; estabelecimento de fóruns com participação dos moradores e estudos sobre vulnerabilidade ao clima na região, planejamento integrado dos recursos hídricos e avaliação de vulnerabilidade às mudanças climáticas.	http://www.panga nibasin.com/index .php/prbmp/organ isation/towards in tegrated water r esource_manage ment/
AF5. Durban's Municipal Climate Protection Programme (Programa municipal de projeção do clima)	Durban (África do Sul)	Urbano	Adaptar a cidade de Durban aos efeitos das mudanças climáticas.	No início: Danish International Development Agency (DANIDA). Atualmente: eThekwini Metropolitan Municipality	Criação de estratégias para AbE em área urbana; reflorestamento e expansão da infraestrutura verde por meio de projeto piloto de telhados verdes; redução de espécies invasoras; etc.	http://eau.sagepu b.com/content/24 /1/167.full.pdf+ht ml
AF6. Opportunities for Ecosystem-based Adaptation in Eastern Africa (Oportunidades para Adaptação baseada em Ecossistemas no Leste da África)	Moçambiq ue, Tanzânia e Zâmbia	Costeiro, áreas sub- úmidas e áridas	Assegurar que estratégias e políticas relacionadas às mudanças climáticas culminem em atividades de adaptação que enfatizam o papel das florestas e dos recursos hídricos na sobrevivência das populações humanas.	IUCN; Ministério de Relações Exteriores da Finlândia	Restauração e revegetação de dunas; enriquecimento de áreas sujeitas à inundação com árvores; utilização de produtos florestais não madeireiros.	http://cmsdata.iuc n.org/downloads/i ucn_eba_brochur e.pdf

AF7. Integrated Coastal Zone Management (ICZM) (Manejo integrado da zona costeira)	Namíbia, África do Sul e Moçambiq ue	Costeiro	Manejo integrado da zona costeira visando a sua adaptação às mudanças climáticas.	International Council for Local Environmental Initiatives-ICLEI (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais), governos locais	Modelagem climática, incluindo o padrão de ocorrência de eventos extremos (tempestades e enchentes); reabilitação dos ecossistemas costeiros.	http://www.unep. org/regionalseas/ publications/serie s/unep-rsp-info- series.pdf
AF8. African Wetlands at Hadejia-Nguru, Nigeria	Nigéria - Zonas úmidas de Hadejia- Nguru	Zonas úmidas	Combater a redução das zonas úmidas provocada pelas mudanças climáticas.	<i>BirdLife</i> Nigéria	Recuperação das zonas úmidas (com retirada da espécie <i>Typha</i> , que embora nativa bloqueou a passagem da água, reduzida em seu fluxo em decorrência da construção de um dique para irrigação).	https://portals.iuc n.org/library/efiles /documents/2011- 063.pdf
AF9. Ecosystem-based adaptation in marine, terrestrial e coastal regions as a means of improving conserving biodiversity in the face of climate change (Adaptação baseada em Ecossistemas em regiões marinhas, terrestres e costeiras como meio de melhoria da conservação da biodiversidade face às mudanças climáticas)	África do Sul	Pastagens no semi- árido	Aplicar AbE para conservação da biodiversidade e melhora nos meios de vida das comunidades.	Conservation South Africa (Conservação África do Sul - afiliada à Conservação Internacional)	Avaliação da vulnerabilidade; integração das mudanças climáticas em todos os níveis de governo; desenvolvimento de estratégias de resposta às mudanças climáticas e de economia verde; mapeamento de áreas prioritárias (em termos de vulnerabilidade) e potencial de aplicação de medidas de AbE; recuperação de zonas úmidas que fornecem serviços ecossistêmicos ligados à água e pastoreio; promoção de sistemas de gestão e técnicas de patoreio resilientes ao clima.	https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/ebamarine terrestrial coastal.pdf

AF40 Bearing diam.	N 4 =	Cartaina a manut 1	A	Heiterd Martiner Develor	F-+	Landard House Committee Co
AF10. Responding to	Mauritânia	Costeiro e marinho	Aumentar a	United Nations Development	Estabilização da erosão	https://unfccc.int/
shoreline change and its	, Senegal,		resiliência do	Programme-UNDP, Global	costeira por meio da	files/adaptation/a
human dimensions through	Gâmbia,		ecossistema costeiro	Environment Facility-GEF, United	recuperação da cobertura	pplication/pdf/1e
integrated coastal area	Guiné		às mudanças	Nations Organization for	vegetal; implementação de	<u>ba.pdf</u>
management (Respondendo	Bissau,		climáticas, visando a	Education, Science and Culture-	medidas de conservação do	
às mudanças litorâneas e	Cabo		conservação dos	UNESCO (Programa de	solo para redução do	
suas dimensões humanas	Verde		recursos pesqueiros.	Desenvolvimento das Nações	escoamento superficial da	
por meio do manejo				Unidas, Fundo Global para o Meio	água; restauração de	
integrado da costa)				Ambiente, UNESCO)	mangues; desenvolvimento	
					de meios de sobrevivência	
					alternativos, como	
					apicultura e ecoturismo;	
					disseminação de novas	
					tecnologias para redução da	
					pressão de degradação	
					sobre recursos naturais	
					provindos do mangue.	
AF11. Coping with drought	Zimbábue	Pastagens e	Promover adaptação	Governo do Zimbábue e Programa	Adoção de técnicas de	https://unfccc.int/
and climate change in the		pradarias,	entre os agricultores	de Desenvolvimento das Nações	agricultura sustentável	files/adaptation/a
Chiredzi District (Lidando		agricultura	de subsistência	Unidas-UNDP	pelas comunidades de	pplication/pdf/7e
com a seca e mudanças		_	localizados em áreas		agricultores (diversificação	ba.pdf
climáticas no Distrito de			secas.		de culturas, manejo das	
Chiredzi)					pastagens, manejo florestal,	
					redes de bancos de	
					sementes comunitários,	
					produção de sementes	
					comerciais);	
					monitoramento climático,	
					análise das bacias	
					hidrográficas para apoiar	
					hidrográficas para apoiar iniciativa de adaptação à	

AF12. Kikuyu Escarpment Forest (Florestas das escarpas Kikuyu)	Quênia	Florestas e bosques	Reduzir a perda de florestas ajudando as comunidades a diversificarem seus meios de subsistência e adaptarem-se às mudanças climáticas.	Nature Kenya; Kenya Forest Service (Kenya Natureza; Serviço Florestal do Quênia)	Treinamento e apoio ao desenvolvimento de estratégias para lidar com os períodos de seca: agrofloresta, diversificação de culturas.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/17e ba.pdf
AF13. Assessing the impacts of climate change on Madagascar's biodiversity and livelihoods (Acesso dos impactos das mudanças climáticas na biodiversidade e comunidades de subsitência de Madagascar)	Madagasca r	Florestas, marinho e costeiro	Análise de vulnerabilidade dos ambientais marinhos e terrestres de Madagascar para construção de um programa de adaptação para comunidades e ecossistemas	Governo de Madagascar; Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional- USAID; Conservação Internacional; WWF	Identificação de vulnerabilidades, manejo integrado da zona costeira; gestão das bacias hidrográficas; implementação de técnicas agrícolas mais ecologicamente sensíveis visando a redução dos impactos à biodiversidade.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/19e ba.pdf
AF14. Adaptação às mudanças climáticas com base nos ecossistemas em Seychelles	Seychelles	Costeiro	Reduzir a vulnerabilidade das Ilhas Seychelles às mudanças climáticas dando enfoque a dois pontos-chave: escassez de água e enchentes.	UNDP	Restauração florestal; remoção de espécies exóticas; reabilitação de recifes de coral; medidas que visam combater a intrusão de águas salinas em corpos de água doce; desenvolvimento de arcabouço legal para manejo de bacias hidrográficas.	https://www.adap tation- fund.org/sites/def ault/files/RESUBM ISSION AF%20Pro posal%20EBA Sey chelles 15Jan2014 .pdf
AF15. Maintenance of hydropower potential in Rwanda through ecosystem restoration (Manutenção do potencial de geração de energia hidroelétrica por meio da restauração de ecossistemas)	Ruanda	Águas interiores	Restauração da bacia hidrográfica de Rugezi visando maior resiliência do sistema de geração hidroelétrica às diferenças precipitação no futuro.	Governo de Ruanda	Restauração de zonas úmidas; construção de barreiras naturais para controle da erosão; recuperação da vegetação em áreas de encosta; técnicas agrícolas sustentáveis.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/32e ba.pdf

AF16. South Africa: ecosystem-based planning for climate chance (África do Sul: Planejamento baseado em ecossistemas para mudanças climáticas)	África do Sul	Todos	Incorporar informações sobre biodiversidade no planejamento do uso do solo e na tomada de decisão, para reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e pessoas aos efeitos das mudanças climáticas.	Governo da África do Sul	Incorporação de informações sobre a biodiversidade no planejamento espacial e de desenvolvimento; criação de uma estratégia nacional para expansão de áreas protegidas.	https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/33eba.pdf
AF17. Community based rangeland rehabilitation (Reabilitação de pastagens comunitárias)	Sudão	Pastagens e pradarias, agricultura	Reabilitar pastagens e promover fontes alternativas de sobrevivência para ajudar as comunidades a se adaptarem aos períodos de seca.	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas-UNDP; Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF	Rotação do pastoreio permitindo a recuperação do solo; implantação de cercas vivas que contribuem para a estabilização e enriquecimento do solo; diversificação da produção; treinamento e capacitação de comunidades.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/34e ba.pdf
AF18. PRESENCE - Participatory Restoration of Ecosystem Services and Natural Capital (Restauração participatória de serviços ecossistêmicos e capital natural)	África do Sul - Baviaanskl oof	Diversos	Criar paisagens nas quais a agricultura, conservação da natureza e turismo podem coexistir sustentavelmente; enquanto ao mesmo tempo os efeitos das mudanças climáticas são mitigados.	Governos da África do Sul; Departamento de Recursos Hídricos; Programa do Governo Holandês para Água, Alimentos e Ecossistemas	Desenvolvimento de um plano integrado de restauração; sistema de monitoramento operacional; construção de uma plataforma online de comunicação e mapa interativo para identificação das prioridades para recuperação; entre outras.	https://portals.iuc n.org/library/efiles /documents/CEM- 009.pdf

AF19. Fighting to Cope with Climate Change and Drought in the Faguibine System, Northern Mali (Combatendo as mudanças climáticas e a seca no Sistema Faguibine, norte de Mali)	Mali	Águas interiores	Reabilitação e gestão sustentável do Sistema Faguibine, afetado por impactos das mudanças climáticas.	UNEP	Análise de vulnerabilidade com abordagem participativa; reabertura de canais de rios; estabilização de bancos de areia e dunas a partir de restauração da vegetação local; reflorestamento de áreas.	https://portals.iuc n.org/library/efiles /documents/CEM- 009.pdf
AF20. Adaptation to Climate Change in the Nile Delta through Integrated Coastal Zone Management (Adaptação às Mudanças Climáticas no Delta do Nilo por meio de Manejo Integrado de Zonas Costeiras)	Egito	Costeiro	Aumento da resiliência do Egito e redução de sua vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas.	UNDP	Recuperação de áreas de vegetação em zonas costeiras, preservação e aumento da funcionalidade de zonas úmidas e ecossistemas lagunares; capacitação e difusão de conhecimento.	http://www.undp. org/content/dam/ undp/documents/ projects/EGY/000 57676_Adaptation %20to%20CC%20i n%20the%20Nile% 20Delta%20Throu gh%20ICZM.pdf
AF21. Segurança alimentar em Burkina Faso	Burkina Faso	Agricultura	Recuperação de áreas rurais degradadas para incremento da produção.	-	Adoção de novas técnicas de plantio para reabilitação de áreas improdutivas e construção de barreiras de proteção contra o escoamento da água e erosão.	http://www.climat eaccess.org/sites/ default/files/Mun ang_Ecosystem- based%20Adaptati on_1.pdf
AF22. Rehabilitation of water reservoirs in Togo (Reabilitação de reservatórios hídricos em Togo)	Togo	Águas interiores	Reabilitação de reservatórios hídricos.	-	Maior retenção de água, decorrente do investimento em infraestrutura permitiu plantio de espécies que, por sua vez, equilibraram o ciclo da água na região, diminuindo a erosão e aumentando a recarga de água do solo.	http://www.climat eaccess.org/sites/ default/files/Mun ang_Ecosystem- based%20Adaptati on_1.pdf

ÁSIA

PROJETO	PAÍS OU REGIÃO	ECOSSISTEMA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES	Ações de AbE	LINK
AS1. Unlocking ecosystem based adaptation opportunities in coastal Bangladesh (Desbloqueando oportunidades de Adaptação baseada em Ecossistemas na zona costeira de Bangladesh)	Bangladesh	Costeiro	Redução da vulnerabilidade às mudanças climáticas por meio do aumento da resiliência de florestas costeiras e capacidade de adaptação de comunidades.	Governo de Bangladesh, United Nations Development Programme-UNDP (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), Global Environment Facility - GEF	Plantio de áreas de mangue; introdução de 10 espécies de mangue em áreas de monocultura; adoção de novo modelo de uso do solo integrando florestas/peixes/frutas para restauração das áreas costeiras e adaptação das comunidades.	http://connection .ebscohost.com/c /articles/9256316 2/unlocking- ecosystem-based- adaptation- opportunities- coastal- bangladesh
AS2. Sustainable Livelihoods Enhancement and Diversification to Reduce Pressure on the Bar Reef Ecosystem (Aumento da Sustentabilidade para Redução da Pressão sobre o Ecossistema de Barreira de Corais)	Vilas nas proximidade s da barreira de corais Kalpitiya, Sri Lanka	Costeiro	Redução da pressão sobre a barreira de corais por meio da expansão e fortalecimento dos programas que visam aumentar a sustentabilidade dos modos de vida.	Fundação dos Recursos Marinhos e Costeiros de Sri Lanka; IUCN.	Jardinagem doméstica (produção de vegetais, legumes e frutas orgânicas); piscicultura de peixes ornamentais; cultivo comercial de algas; treinamento e capacitação de comunidades.	http://www.reefr esilience.org/case -studies/sri-lanka- sustainable- livelihoods/
AS3. Community-based coastal habitat restoration in tsunami- affected coastal areas of Indonesia (Restauração comunitária do habitat costeiro em áreas afetadas pelo tsunami na Indonésia)	Indonésia, Sri Lanka, India, Tailândia e Malásia	Costeiro	Restauração e manejo de ecossistemas costeiros danificados por tsunami.	Oxfam Novib (Holanda); Wetlands International; WWF, IUCN e Both ENDS.	Restauração de ecossistemas costeiros; construção de modos de vida ambientalmente sustentáveis; regulamentação de medidas que apoiem os esforços de conservação ambiental e campanhas de educação ambiental.	http://cmsdata.iu cn.org/downloads /iucn_eba_brochu re.pdf

AS4. <i>Mangroves in</i> <i>Vietnam</i> (Mangues no Vietnã)	Vietnã	Costeiro	Plantio de espécies de mangue para proteção contra estragos provocados por ondas, vento e tufões	Cruz Vermelha do Vietnã	Plantio de espécies de mangue para recuperação do ecossistema, permitindo a restauração da barreira natural de proteção contra os eventos extremos e diversificação de produtos marinhos para as comunidades.	http://www.unep. org/regionalseas/ publications/serie s/unep-rsp-info- series.pdf
ASS. Adaptive Ecosystem Management to Improve Resilience to Climate Change in Fiji (Manejo Adaptativo de Ecossistemas para aumentar a Resiliência às Mudanças Climáticas em Fiji)	Fiji - Distrito de Kubulau	Costeiro	Desenvolver um modelo de governança flexível e ágil para uma rede de recifes de coral protegidos.	Wildlife Conservation Society-WCS (Sociedade de Conservação à Vida Selvagem); Governo e Sociedade Civil de Fiji.	Desenvolvimento de um modelo de governança para uma rede de áreas marinhas protegidas (processo envolveu estudos sobre as condições dos recursos naturais e seus padrões de uso; criação de um plano de gestão baseada em ecossistemas para regulação das atividades humanas e uso dos recursos nas áreas protegidas e seus entornos); criação de ferramenta de comunicação (Rede de Educadores Comunitários) para disseminar as ideias sobre gestão e conservação dos ecossistemas.	https://portals.iuc n.org/library/efile s/documents/201 1-063.pdf

AS6. Ecosystem-based adaptation in marine, terrestrial e coastal regions as a means of improving conserving biodiversity in the face of climate change (Adaptação baseada em Ecossistemas em regiões marinhas, terrestres e costeiras como um meio de melhorar a conservação da biodiversidade face às mudanças climáticas)	Filipinas, Brasil e África do Sul	Sistemas costeiros e marinhos (Brasil e Filipinas) e pastagens semi- áridas (África do Sul)	Trabalhar com AbE visando contribuir para a subsistência de comunidades e a conservação da biodiversidade face às mudanças climáticas.	Conservation International (Conservação Internacional)	Compreender a vulnerabilidade a mudanças climáticas em determinadas regiões do Brasil, Filipinas e África do Sul; restauração de manguezais.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/eb a marine terrestr ial coastal.pdf
AS7. Jordan Valley Permaculture Project (Projeto de permacultura no Vale Jordão)	Jordânia	Agricultura	Melhorar as condições humanas e ambientais no Vale do Jordão utilizando medidas de baixa tecnologia e custo reduzido.	National Center for Agricultural Research and Transfer of Technology, Jordan e Permaculture Research Institute of Australia (Centro Nacional para Pesquisa na Agricultura e Transferência de Tecnologia no Jordão; Instituto Australiano de Pesquisa em Permacultura)	Recuperação de áreas agrícolas improdutivas com técnicas de permacultura; (introdução de animais para geração de renda e de adubo para a produção, plantio de espécies fixadoras de nitrogênio e que promovem sombra e proteção contra o vento, diversificação de culturas, entre outros); implementação de técnicas de coleta e armazenamento de água.	https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/16eba.pdf

AS8. Nagoya water revitalisation plan (Plano de revitalização hídrica de Nagoya)	Japão	Urbano e águas interiores	Reestabilizar o ciclo hidrológico natural a fim de manejar o escoamento e a drenagem da água para reduzir a vulnerabilidade das cidades a enchentes provocadas pelas mudanças climáticas.	Cidade de Nagoya	Aumento das áreas verdes urbanas; utilização de telhados verdes e pavimentos permeáveis; incremento da arborização urbana; medidas estruturais para incrementar a capacidade de armazenamento da água e regulação do ciclo hidrológico.	https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/23eba.pdf
AS9. Nomadic herders: enhancing the resilience of pastoral ecosystems and livelihoods (Pecuaristas nômades: aumentando a resiliência de comunidades e de ecossistemas de pastoreio)	Mongolia, Rússia	Montano, pradarias e pastagens	Aumentar a resiliência dos ecossistemas de pastagens (criação de iaques e renas) e das comunidades nômades aos efeitos das mudanças do clima.	UNEP/GRID- Arendal; Association of World Reindeer Herders (Associação dos Criadores de Renas); Uarctic; EALAT Institute	Avaliação dos impactos das mudanças no uso do solo e das mudanças climáticas nas áreas de pastagem; identificação e análise das opções e oportunidades de adaptação; fortalecimento de comunidades e instituições locais visando contribuir ao processo de tomada de decisão inerente ao uso do solo e manejo dos recursos naturais.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/25 eba.pdf
AS10. Conservation and management of high altitude peatlands of Ruoergai marshes for water security and climate change adaptation (Conservação e manejo de zonas úmidas localizadas em elevadas altitudes de Ruoergai para garantir segurança de acesso à água e adaptação às mudanças climáticas)	China	Zonas úmidas	Gestão das zonas úmidas para disponibilidade hídrica e aumentar os meios de subsistência das comunidades.	Wetlands International	Restauração de zonas úmidas; promoção de meios de vida mais sustentáveis, de menor impacto, através de projetos demonstrativos (ex: produção de produtos de valor agregado da pecuária e ecoturismo); mitigação das mudanças climáticas mediante ações de armazenamento e sequestro de carbono.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/31 eba.pdf

AS11. Adaptaion to climate change impacts in the Syunik mountain forest ecosystem of Armenia (Adaptação aos impactos das mudanças climáticas no exossistema florestal montando de Syunik na Armênia)	Armênia	Florestal montano	Incorporação da adaptação às mudanças climáticas ao gerenciamento florestal para aumentar a resiliência das florestas às mudanças do clima; assegurando a continuidade de fornecimento dos serviços ecossistêmicos às comunidades locais.	Governo da Armênia; GEF; UNDP	Introdução de tecnologias inovadoras para restauração florestal; controle de pragas; prevenção contra incêndios florestais; atividades de conscientização e educação ambiental.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/35 eba.pdf
AS12. Tonle Sap (maior lago de água doce do sudeste asiático)	Camboja	Florestas, bosques, águas interiores	Aumentar a resiliência do ecossistema aos padrões alterados de precipitação e reduzir a vulnerabilidade das pessoas que dele dependem.	Conservação Internacional; Governo do Camboja (Administração Pesqueira)	Análise de cenários de mudanças climáticas para prever que áreas do ecossistema que sofrerão as maiores enchentes no futuro a fim de priorizar ações de adaptação nesses locais; restauração de florestas inundadas; treinamento para aumentar a resiliência do ecossistema e da comunidade.	https://unfccc.int/ files/adaptation/a pplication/pdf/37 eba.pdf
AS13. Mainstreaming Adaptation within Integrated Water Resources Management (IWRM) in Small Island Developing States (SIDS) (Incorporação da adaptação na gestão integrada dos recursos hídricos em Estados insulares em desenvolvimento)	Fiji	Costeiro	Auxiliar as comunidades na adaptação às inchentes e capacitá-las para uma melhor gestão dos recursos hídricos.	Lydia Press Research Grant, Central European University Travel Grant and European Commission Erasmus Mundus Scholarship Award (Bolsa de Pesquisa Lydia Press; Universidade de Travel Grant; Comissão Europeia - Erasmus Mundus)	Implementação de programa de gestão integrada dos recursos hídricos (abordagem para gestão da água, do solo e suas conexões e os serviços ecossistêmicos); desenvolvimento de previsão de chuvas e modelos de sistema de alerta e avaliação ecológica; mapeamento dos ecossistemas; restauração de mangues; manejo integrado da zona costeira.	https://portals.iuc n.org/library/efile s/documents/CE M-009.pdf

AS14. Building with Nature Indonesia - reaching scale for coastal resilience (Construindo com a natureza na Indonésia - alcançando escala em resiliência costeira)	Indonésia	Costeiro	Criar uma barreira natural na costa norte da ilha de Java a fim de estancar o severo processo de erosão.	Wetlands International; Deltares; Ministério Indonésio de Assuntos Marinhos e da Pesca	Instalação de barreiras permeáveis que quebram as ondas e que funcionam como uma armadilha de sedimentos, permitindo a recriação das condições mínimas para que a vegetação de mangue se reestabeleça no local, minimizando o processo erosivo.	http://www.wetla nds.org/Portals/0 /publications/Cou nt%20Form/Broch ure/WI brochure %20Building%20w ith%20Nature%20 Indonesia_web.pd
AS15. Ecosystem Based Adaptation Approach to Maintaining Water Security in Critical Water Catchments in Mongolia (AbE para Manutenção da Segurança do Acesso à Água em Bacias Hidrográficas críticas na Mongólia)	Mongólia	Montano e savanas	Manter o suprimento hídrico dos ecossistemas montanos e de savana.	UNDP; Ministério da Natureza, do Meio Ambiente e do Turismo da Mongólia	Aplicação de melhores técnicas para manejo de pastagens; restauração de florestas ciliares; aumento da eficiência no uso da água.	https://www.ada ptation- fund.org/project/ 1630-ecosystem- based-adaptation- approach- maintaining- water-security- critical-water- catchment
AS16. A comparative analysis of ecosystembased adaptation and engeneering options for Lami Town, Fiji (Análise comparativa entre Adaptação baseada em Ecossistemas e opções de engenharia para a cidade de Lami, Fiji)	Fiji	Costeiro	Estudo que compara alternativas de AbE e de engenharia convencional para adaptação de ambientes urbanos em áreas costeiras às enchentes ocasionadas pelas mudanças climáticas	UNEP; Secretariat of the Pacific Regional Environment Programme-SPREP (Secretariado do Programa Ambiental Regional do Pacífico)	Recuperação de mangues; replantio de florestas ciliares; redução de desmatamento em áreas de encosta; redução de extração de corais.	http://www.wetla nds.org/Portals/0 /publications/Cou nt%20Form/Broch ure/WI brochure %20Building%20w ith%20Nature%20 Indonesia_web.pd

CONTINENTE ANTÁRTICO

PROJETO	PAÍS OU REGIÃO	ECOSSISTEMA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES	Ações de AbE	LINK
AT1. Impacts and ecosystem-based adaptation in the Antartic and Southern ocean (Impactos e Adaptação baseada em Ecossistemas na Antártica e no Oceano Antártico)	Área do Tratado da Antártida (ATA)	Bioma antártico	Criação e implementação de estratégias de adaptação.	The Antartic and Southern Ocean Coalition-ASOC (Aliança para a Antártica e Oceano Antártico).	Avaliação de risco e gerenciamento de espécies exóticas.	https://portals.iucn .org/library/efiles/d ocuments/CEM- 009.pdf

EUROPA

PROJETO	PAÍS OU REGIÃO	ECOSSISTEMA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES	Ações de AbE	LINK
E.01 CARPIVIA project: Carpathian integrated assessment of vulnerability to climate change and ecosystem-based adaptation measures (Projeto CARPIVIA: Avaliação integrada da vulnerabilidade da região dos Cárpatos às mudanças climáticas e medidas de AbE)	República Tcheca, Hungria, Polônia, Romênia, Sérvia, Eslováquia, Ucrânia	Montano, florestas, pastagens, zonas úmidas	Avaliar a vulnerabilidade da região dos Cárpatos às mudanças climáticas combinadas a outras pressões antropogênicas, e identificar medidas potenciais de adaptação com foco em AbE.	Universidade de Wageningen; ECNC; ECORYS; GRONTMIJ; WWF; Comissão Europeia	Avaliação integrada da vulnerabilidade de importantes ecossistemas às mudanças climáticas; lista de medidas de adaptação incluindo análises de custo-benefício e recomendações políticas; fortalecimento e participação de stakeholders; plataforma online de informações sobre a vulnerabilidade de recursos hídricos, ecossistemas e ações de Adaptação baseada em Ecossistemas.	http://www.carpivia.eu

E.02 WAVE project – Water Adaptation is Valuable to Everyone (Projeto WAVE- Água e Adaptação são valiosas para todos)	Leste Europeu	Terras baixas, paisagens montanas e costeiras	Proporcionar um melhor entendimento dos impactos causados pelas mudanças climáticas aos sistemas hídricos, bem como as ações de adaptações que serão necessárias.	Conselho Municipal de Somerset; Farming and Wildlife Advisory Group- FWAG (Grupo Consultivo para a Vida Silvestre); Royal Society for the Protection of Birds- RSPB; Somerset Drainage Boards Consortium-SDBC (Conselho de Recursos Hídricos de Somerset) and Somerset Wildlife Trust-SWT.	Identificar os efeitos locais provocados pelas mudanças climáticas; manejo sustentável de água em excesso; redução dos riscos de enchentes; conscientização das comunidades locais sobre como estas podem se adaptar às mudanças climáticas.	http://www.somersetw ave.co.uk/
E.03 The Protective capacity of forests agains snow Avalanches (Capacidade de proteção de florestas contra avalanches de neve)	Suíça	Montanha, florestas	Reconhecer a capacidade de proteção exercida pelas floretas contra avalanches de neve e deslizamentos de terra; e aumentar a sua resiliência aos efeitos das mudanças climáticas.	Governo Suíço	Proprietários de terras são incentivados mudar sua visão no manejo florestal - partindo de um manejo que visa produção florestal para um manejo que protege contra desastres naturais.	https://unfccc.int/files/ adaptation/application/ pdf/3eba.pdf
E.04 Managed realignment and the reestablishment of saltmarsh habitat, Freiston shore, UK (Realinhamento do manejo e reestabelecimento do habitat formado por planícies salinas, na costa Freiston, Reino Unido)	Reino Unido	Marinho e costeiro	Transformar uma grande área de agricultura novamente em zona úmida costeira com o propósito de reduzir o risco a enchentes e criação de habitat.	Environment Agency (Agência de Meio Ambiente); Royal Society for the Protection of Birds- RSPB (Sociedade Real para a Proteção de Aves)	Restauração de zona úmida costeira.	https://unfccc.int/files/ adaptation/application/ pdf/11eba.pdf

E.05 Netherlands Ooijpolder climate buffer project (Projeto de "buffer climático" em Ooijpolder, Holanda)	Holanda	Águas interiores	Adaptação de áreas às enchentes - frutos das mudanças climáticas.	ARK Nature; Rivierenland Water Board (Conselho de Águas de Rivierenland); BirdLife Netherlands (BirdLife Holanda); National Forest Service (Serviço Florestal Nacional); proprietário de terra	Medidas para desenvolver a sucessão natural de zonas úmidas; realocação de diques; restauração de zonas úmidas.	https://unfccc.int/files/ adaptation/application/ pdf/26eba.pdf
E.06 Ecosystem-based adaptation by small-holder farmers in Roslagen, Sweden (Adaptação baseada em Ecossistemas realizada por agricultores familiares em Roslagen, Suécia)	Suécia	Agricultura	Adoção de medidas de AbE para diversificar a produção e aumentar a resiliência da região à condições climáticas incertas e eventuais distúrbios.	-	Diversificação e rotação de culturas; plantio de árvores para fornecimento de sombra; proteção de florestas próximo a zonas úmidas; agricultura orgânica.	https://unfccc.int/files/ adaptation/application/ pdf/30eba.pdf
E.07 Ecosystem-based coastal defence in the face of global change (Defesa costeira baseada em ecossistemas em face à mudança global)	Bélgica, Reino Unido	Área costeira	Proteção contra enchentes a partir de medidas de AbE.	-	Criação e restauração de ecossistemas costeiros.	http://www.nature.co m/nature/journal/v504 /n7478/pdf/nature128 59.pdf
E.08 Green and Blue Space Adaptation for Urban Areas and Eco Towns (GRaBS) project (Medidas de adaptação para áreas urbanas e cidades ecológicas)	Europa - vários países	Urbano	Planejamento espacial regional e design urbano para tornar as comunidades menos vulneráveis ao aumento de temperatura e enchentes.	14 parceiros de oito países europeus	Criação de jardins; parques; corredores verdes; telhados e paredes verdes; planícies inundáveis; sistemas de drenagem sustentáveis, entre outras.	http://www.grabs- eu.org/
E.09 From restoring seaside towards integrated coastal adaptation-France (Da restauração da beira-mar para uma adaptação costeira integrada-França)	França	Áreas costeiras	Combater a erosão costeira.	EU e outros	Reconstrução de dunas; restauração e reabilitação de zonas úmidas; monitoramento de tempestades, etc.	http://projects.eionet.e uropa.eu/training- material/library/demo- only/adaptation-in- europe/2.5-combined- adaptation-actions

E.10 Sustainable River Catchments in the South East-SuRCaSE (Bacias hidrográficas sustentáveis no sudeste)	Inglaterra	Águas interiores	O projeto visa demonstrar que a sustentabilidade do manejo do recurso hídrico no sudeste da Inglaterra pode ser melhorada por meio da aplicação das 12 abordagens ecossistêmcias (Ecossystem Approach).	SWIMMER (University of Liverpool), UK Southern Water, UK Mid Kent Water, UK Westcountry Rivers Trust, UK Environment Agency, UK English Nature, UK European Union's Life Environment Programme	Manejo de bacias hidrográficas; eficiência no uso da água com sugestões de economia de água e melhoria na gestão deste recurso.	http://ec.europa.eu/en vironment/life/project/ Projects/index.cfm?fus eaction=home.createPa ge&s ref=LIFE04%20EN V/GB/000807&area=2& yr=2004&n proj id=27 63&cfid=16603803&cft oken=fcd000dec6ff810 a-B1E4D03B-03C3- 2148- 460C54C1AACBE5D3& mode=print&menu=fals
E.11 Cornwall Rivers Project (Projeto Rios de Cornwall)	Inglaterra	Águas interiores	Reabilitação dos rios chave e suas áreas de captação na região de Cornwell visando benefícios eceonômicos para as comunidades envolvidas.	European Agriculture Guidance and Guarantee Fund (Fundo Europeu de Garantia e Orientação Agrícola); União Europeia	Visita à propriedades identificando melhorias de manejo na agricultura; restauração de áreas, educação ambiental e capacitação.	http://www.cornwallriv ersproject.org.uk/
E.12 The Great Fen project (Projeto de restauração de áreas úmidas)	Inglaterra	Águas interiores	Restaurar mais de 3.000 hectares de áreas úmidas, no sudoeste da Inglaterra.	Environment Agency; Conselho do Distrito de Huntingdonshire; Middle Level Commissioners; Natural England; Wildlife Trust For Bedfordshire, Cambridgeshire and Northamptonshire	Proteção a enchentes nas comunidades do entorno; armazenamento de carbono; lente climática; análise de vulnerabilidade.	http://www.greatfen.or g.uk/

E.13 Restoration of Danube river banks (Restauração dos bancos de areia do Danúbio)	Áustria	Águas interiores	Restauração dos bancos de areia.	Wasserstrassendirekt ion Wien-Via Donau, Austria	Implantação de medidas de restauração; melhoria da dinâmica hídrica dos rios e ecologia das planícies inundáveis; conscientização das comunidades envolvidas.	http://ec.europa.eu/en vironment/life/project/ Projects/index.cfm?fus eaction=search.dspPag e&n proj id=1967
E.14 The Renaturation of the Regge River (Renaturalização do Rio Regge)	Holanda	Águas interiores	Restauração e renaturalização de rios, recuperação das planícies inundáveis.	EU, National Ecological Pathways Systems (EHS)	Análise de vulnerabilidade, planejamento urbano com lentes climáticas.	http://watergovernanc e.s3.amazonaws.com/fi les/Regge-River.pdf
E.15 Sustainable Development of Floodplains (SDF) project (Projeto de Desenvolvimento sustentável de planícies inundáveis)	Alemanha e Holanda	Águas interiores	Projeto transnacional de recuperação da área de captação do rio Reno para garantir o desenvolvimento sustentável de suas planícies de inundação.	European INTERREG, 12 instituicções parceiras, da Alemanha e da Holanda	Prevenção de enchentes, planejamento da bacia hidrográfica com lentes climáticas.	http://www.sciencedire ct.com/science/article/ pii/S146290110500037 7
E.16 Lower Danube Green Corridor (Corredor verde do Baixo Danúbio)	Bulgaria, Romênia, Ucrânia, Moldávia, Sérvia	Águas interiores	Proteção e restauração de mil km no final do rio Danúbio, promovendo 1,4 milhões de hectares em segurança da água, controle de inundações e oportunidades de lazer para uma área de 29 milhões de pessoas no Delta do Danúbio.	WWF	Prevenção de enchentes, planejamento da bacia hidrográfica com lentes climáticas.	http://wwf.panda.org/ what we do/where w e_work/black_sea_basi n/danube_carpathian/o ur_solutions/freshwate r/floodplains/lower_da nube_and_danube_delt a/

OCEANIA

PROJETO	PAÍS OU REGIÃO	ECOSSISTEMA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES	Ações de AbE	LINK
OC1. The West Arnhem Land Fire Abatement Project (Projeto de manejo do fogo na região de West Arnhem)	Austrália	Savana	Gestão de incêndios para controle de eventos desastrosos	Darwin Liquefied Natural Gas Pty, The Northern Territory Government, Aboriginal Traditional Owners e outras organizações, Northern Land Council, Northern Territory Bushfires Council e Tropical Savannas CRC	Gestão de queimadas para controle de eventos extremos através da realização de queimas prévias na estação seca. A queima prévia dificulta a propagação do fogo em incêndios tardios, minimizando a degradação da vegetação e a emissão de gases do efeito estufa.	http://cmsdata.iucn.or g/downloads/iucn_eba _brochure.pdf
OC2. Transforming Coral Reef Conservation (Transformando a conservação de recifes de coral)	Papua Nova Guiné	Costeiro	Reconhecer a ameaça que as mudanças climáticas representam aos ecossistemas marinhos e aconselhar como construir um grande mosaico de áreas protegidas marinhas.	The Nature Conservancy-TNC	Criar áreas protegidas marinhas; proteger áreas naturalmente resistentes ao branqueamento dos corais, preservar conexões ecológicas entre recifes.	http://www.reefresilie nce.org/pdf/Kimbe M PA Scientific Worksh op Report.pdf
OC3. Strengthening the Ability of Vulnerable Island Communities to adapt to climate change (Reforçar a capacidade de comunidades vulneráveis na adaptação às mudanças climáticas)	Papua Nova Guiné	Costeiro	Aumento da resiliência através de melhor gestão de recursos	AusAID. The Wildlife Conservation Society (WCS), Oxfam International e Research and Conservation Foudation of PNG	Aumento da capacidade do governo e das comunidades para adaptação (treinamento para monitorar mudanças biológicas e socioeconômicas; banco de dados para monitoramento, conscientização sobre mudanças climáticas e seus impactos e AbE, estratégias de diversificação de produção para aumentar a segurança alimentar.	https://portals.iucn.or g/library/efiles/docum ents/2011-063.pdf

OC4. Integration of climate change risk and resilience into forestry management (ICCRIFS) (Integração dos riscos de mudanças climáticas e resiliência ao manejo florestal)	Samoa	Florestas e bosques	Aumentar a resiliência e capacidade adaptativa das áreas florestais e comunidades que dependem dos seus serviços ecossistêmicos.	Least Developed Countries Fund. GEF; UNDP. Ministry of Natural Resources and Environment, Ministry of Agriculture and Fisheries.	Integração do risco às mudanças climáticas em planos de gestão de florestas nativas e agroflorestas e planejamento urbano, moradias resilientes.	https://unfccc.int/files /adaptation/applicatio n/pdf/15eba.pdf
OC5. Increasing taro crop diversity (Aumento de diversidade do cultivo de taro)	Samoa	Agricultura	Redução da vulnerabilidade da produção de taro, uma planta tropical base da alimentação da população, à pragas, seca e condições de alta salinidade esperadas sob um cenário de mudanças climáticas.	Secretariat of the Pacific Community (SPC), AusAid, Australian Centre for International Agricultural Research (ACIAR)	Análise e seleção participativa de espécies resistentes à seca e à salinidade.	https://unfccc.int/files /adaptation/applicatio n/pdf/36eba.pdf
OC6. Whangamarino wetlands (áreas úmidas de Whangamarino)	Nova Zelândia	Águas interiores	Restauração de wetlands para aumento da resiliência dos ecossistemas em vários locais do país. O projeto já ocorre desde 1990, e já vem provando benefícios, pois locais onde as áreas úmidas foram recuperadas já não sofrem efeitos de inundações.	Government of New Zealand (Department of conservation)	Proteção e recuperação de zonas úmidas e criação de um mapa (feito com imagens aéreas) para identificação de zonas úmidas intactas e degradadas, criação de áreas protegidas usando lentes climáticas.	https://unfccc.int/files/adaptation/application/pdf/38eba.pdf